

SOC 31

2006



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

As representações sociais sobre a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o seu impacto no acto de votação em 2004.

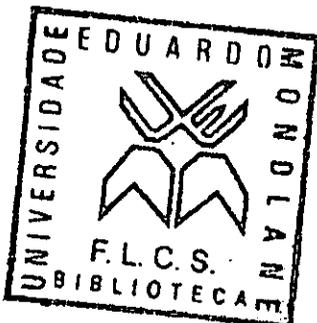
Um estudo com os estudantes do 4º Ano do Instituto Superior de Relações Internacionais.

Dissertação apresentada à Universidade Eduardo Mondlane, em cumprimento parcial dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciatura em sociologia.

SUPERVISORA: Prof. Doutora Nair Teles

Autor: Stélio Filipe Mazivila

Maputo, Julho de 2006



DECLARAÇÃO

Declaro por minha honra que este trabalho do fim do curso na modalidade de Projecto de Investigação nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau. Este trabalho resulta da minha investigação pessoal, estando indicados ao longo do texto e na bibliografia as fontes utilizadas para a sua elaboração.

UE.M.: -UFICS	
R. E.	
DATA	3/11/06
AQUIÇÃO	
COTA	SOC. 31

UE.M.: -UFICS	
R. E.	4925
DATA	07/11/06
AQUIÇÃO	Oferta
COTA	SOC - 31

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Filipe Augusto e Salomé Zitha, Jorge Huo e Ermelinda Manuel Matsinhe, meus irmãos, Amâncio e Patrícia, Célia e Alberto, Lígia, Luís, Lopes, Clóvis, Lurdes, Florinda, e Isabel meus sobrinhos Edson, Cleyde, Shena, Jessica e Idonelia, Meus Tios Eduardo e Armanda, Jorge e Odete, Elísio e Olga e uma especial dedicação ao meu tio Moisés Mazivila sua família e os demais familiares.

Agradecimentos

A materialização deste trabalho foi conseguida graças ao incansável e incondicional apoio e atenção da minha supervisora Professora Doutora. Nair Teles que proveu a leitura e a críticas cuidadosas do projecto na fase da elaboração ajudando-me a construir e a dar corpo a uma visão sociológica do projecto. A ela um especial agradecimento.

Ao Dr. Moisés Mazivila pelo seu estímulo e contribuições na elaboração do projecto, ao dr. Domingos do Rosário pelas suas críticas e observações, e a Dra. Manuela Ricco pela sua paciência em escutar e aconselhar nos momentos cruciais da pesquisa.

Aos meus colegas, amigos, e um especial agradecimento a Sra. Ludovina e a Sra. Rainha pelo seu apoio, material e aos estudantes do 4º do ISRI pela sua paciência e contribuição na elaboração da pesquisa.

E finalmente ao CNE, ISRI, CEA e o FLECS pelo seu apoio material o que possibilitou a recolha de informação necessárias para a elaboração do projecto.

Abreviaturas

AGP's – Acordos Gerais de Paz

APLE – Anti-projecto da Lei Eleitoral

AR – Assembleia da Republica

CEA – Centro dos Estudos Africanos

CNE – Comissão Nacional de Eleições

FLECS – Faculdade de Letras e Ciências Sociais

ISRI – Instituto Superior de Relações Internacionais

ISCTEM – Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique

ISPU – Instituto Politécnico e Universitário

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

ONG's – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PR – Presidente da Republica

SADC – Sociedade de Desenvolvimento da Africa Austral.

STAE – Secretariado Técnico da Administração Eleitoral

UDM – Universidade Técnica de Moçambique)

UEM – Universidade Eduardo Mondlane.

RESUMO

O presente estudo partiu da ideia da existência de representações sociais em torno da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e que tais representações influenciavam nas decisões dos eleitores de participar dos pleitos eleitorais. Com o objectivo de analisar a proposição inicial escolhemos 10 estudantes do Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI). O estudo pautou pelo uso do método qualitativo uma vez que a finalidade era a compreensão dos próprios indivíduos sobre a realidade pesquisada (CNE).

O instrumento escolhido para a colecta da informação foi a entrevista semi-estruturada. Esta possibilitou-nos a leitura de atitudes e comportamentos dos estudantes em relação a CNE.

Como modelo de análise da realidade em estudo escolhemos a teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici que define a realidade como algo percebido e construído pelo actor social no processo de ancoragem e objectivação.

Os resultados permitiram-nos apreender que existe uma percepção desfavorável, em relação as lógicas de estruturação e funcionamento da CNE. Observou-se que as condições existenciais e as representações simbólicas constituíam elementos determinantes do comportamento político dos estudantes e estas modelavam as visões que este grupo de estudantes tem da CNE.

Apesar disso, estes dados refutaram a hipótese inicial, qual seja, a influência das representações sociais sobre o órgão eleitoral nas decisões dos actores sociais de participar dos pleitos de votação. Concluimos o estudo recomendando para a necessidade de reformulação dos paradigmas que norteiam a CNE, para uma maior credibilidade e imparcialidade da instituição, e a redução dos constrangimentos eleitorais.

ÍNDICE

Declaração.....	I
Dedicatória.....	II
Agradecimentos.....	III
Abreviaturas.....	IV
Resumo.....	V
INTRODUÇÃO.....	I
1º Parte.....	4
CAPITULO I: JUSTIFICATIVA.....	4
1.1 Hipótese	
1.2 Objectivos	
1.2.1 Objectivo geral	
1.2.2 Objectivos específicos	
CAPITULO II: CONTEXTUALIZAÇÃO DA CNE.....	6
2.1 Mecanismos de funcionamento da CNE	
2.2 Natureza, composição e competências das Comissões Nacionais de Eleições	
CAPITULO III: HISTORIAL SOBRE O ISRI.....	14
2º Parte.....	17
CAPITULO IV: ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	17
4.1 Cultura Política	
4.2 Representação Social	
3º Parte.....	31
CAPITULO V: METODOLOGIA.....	31

4º Parte.....	35
CAPITULO VI: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	35
6.1 Representação social da CNE	
6.2 Apreciação Geral do Problema	
5º Parte.....	49
CAPITULO VII: CONCLUSÃO.....	49
6º Parte.....	52
CAPITULO VIII: BIBLIOGRAFIA.....	52
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

Leonor

Após o fim da 2ª Guerra Mundial assistiu-se, em várias regiões geo-políticas, a discursos cada vez crescentes apelando a constituições e a Estados mais democráticos, o que reflectia, de certa maneira, uma preocupação de líderes e governos internacionais na construção de sociedades mais livres e justas.

A descolonização e as independências dos países Africanos, foram para alguns líderes e estadistas, o prelúdio de um processo com vista a implementação de princípios e instituições democráticas em seus Estados. Embora fosse irreversível, a descolonização não implicou necessariamente na democratização das instituições dos países. Muitas vezes ela veio acompanhada de crise e desintegração do paradigma "mecanicista africano", qual seja a democracia como produto da subtracção do colonialismo pela adição das independências.

No século XX, e ainda no início do século XXI assiste-se a uma instabilidade política em especial, no continente africano, com o reacender de clivagens étnicas, guerras civis, golpes de estado frequentes, índices de corrupção assustadores, politização das instituições democráticas, manipulação dos sistemas eleitorais, destituição da sociedade civil dos seus papéis, etc. Diante deste panorama Moçambique, embora seja um dos países mais pobres do mundo, apresenta-se como um exemplo pacífico, de transição democrática, depois de cerca de 10 anos de guerra civil que destruiu por completo o tecido social e retrocedeu o desenvolvimento do país há vários os níveis.

A constituição de 1990 e a posterior assinatura do Acordo Geral de Paz de 1992 evidenciaram-se como os pilares para o processo democrático em curso no país e da sua posterior abertura ao mundo. Este processo teve o ponto mais alto com a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias em Outubro de 1994.

Uma década após as primeiras eleições gerais e com mais duas já realizadas torna-se pertinente o estudo das instituições democráticas moçambicanas. Entretanto, há que se considerar compreender e interpretar a realidade sócio-político e cultural na qual estão inseridos, em seu dinamismo, complexidade, enfim em suas diversas formas de continuidade e descontinuidade histórica.

Para tal, optamos por reflectir sobre a instituição gestora do processo eleitoral, que no caso moçambicano é a Comissão Nacional de Eleições (CNE). A CNE foi instituída após os Acordos Gerais de Paz (AGP's), e cuja função central é de regular todo o processo eleitoral, desde o recenseamento eleitoral, o processo de votação e o apuramento dos resultados. (Brito & Weimer; 1993:14).

No período eleitoral, principalmente, a CNE aparece na mídia e nas conversas informais como uma instituição partidarizada, dependente de certos grupos políticos, com pouca transparência, etc. Diante da importância desta Comissão no cenário democrático moçambicano, e da visão até certo ponto desacreditada junto a opinião pública, optamos por estudá-la através das representações sociais que dela se tem. Ora, sabemos que há diferentes formas de investigação e estudo sobre um mesmo objecto. A nossa escolha recaiu sobre a representação que um grupo de estudantes tem sobre o processo eleitoral e por conseguinte sobre a CNE.

Na medida em que escolhemos a metodologia qualitativa para apreender o nosso objecto de estudo sabíamos de antemão que não seria exequível entrevistar um grande número de estudantes. Entretanto, acreditamos que o material obtido junto aos 10 estudantes do 4º Ano do Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), nos permitiu responder a nossa hipótese inicial que foi: As representações sociais que um grupo de estudantes do ISRI tem da CNE, influenciaram na decisão de participar do pleito eleitoral de 2004.

Cabe ainda ressaltar, que a escolha do ISRI prende-se ao facto de que ela é uma instituição de ensino superior concebida em Dezembro de 1986, e cuja função é dotar quadros superiores para dirigir, planificar e controlar a política externa do país.¹

O plano da sua reestruturação surge no mesmo período de criação da CNE, (1993) ou seja, ambas instituições se inscrevem dentro de um contexto de reordenamento institucional pós-guerra civil. Além do que tanto a CNE quanto o ISRI, ainda hoje permanecem actantes no cenário moçambicano, e tiveram inclusive, ao longo dos anos, suas estruturas organizacionais fortalecidas.

¹ Mais informações sobre o ISRI, os seus decretos e estatutos ver o Boletim da Republica-Decreto nº1/86 e Decreto nº12/97.

Assim, a opção pelos estudantes do ISRI relacionou-se ao nível de cultura política desenvolvida e incentivada dentro do Instituto. Portanto, acreditamos que o estudo foi capaz de reflectir sobre o processo democrático moçambicano, em geral, através das representações que este grupo de estudantes tem da Comissão. Importante salientar que o trabalho aqui apresentado não deve levar à generalizações, ele é circunscrito à um grupo específico. Entretanto, e apesar desta limitação, pretende-se que ele dê subsídios para se pensar sobre o processo democrático moçambicano em geral e em suas instituições eleitorais, em particular.

Para o efeito deste estudo, a presente monografia esta organizada nas seguintes partes: A primeira parte que encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro capítulo trazemos os motivos que nos levaram a realizar este estudo e os objectivos nele pretendidos. No segundo e terceiro capítulo procuramos resgatar alguns factores de carácter histórico-estrutural da CNE e do ISRI respectivamente, que possibilitem uma compreensão contextualizada de como foram condicionadas as crenças e os valores em relação à política. Demos ainda neste parte, corpo aos moldes de funcionamento da CNE, focalizando os pontos mais abordados pelos estudantes durante as entrevistas. O quarto capítulo da inicio a segunda parte do nosso estudo. Buscamos aqui o conceito de cultura política, e resgatamos a perspectiva teórica das representações sociais de Serge Moscovici para destas, interpretar as percepções e atitudes dos indivíduos em relação a coisa política. Na terceira parte trazemos a metodologia qualitativa a luz da qual procuramos compreender o comportamento social dos estudantes entrevistados em relação a CNE. Na quarta parte, analisamos as representações sociais dos entrevistados sobre os pontos abordados e a avaliação dos resultados da pesquisa empírica. Na quinta parte a conclusão, onde entendemos não haver nenhuma relação entre a percepção que este grupo de estudantes tem da CNE e a sua participação nos pleitos eleitorais. Na sexta parte trazemos a bibliografia empregue na realização deste estudo

1 Justificativa

A CNE, como tivemos oportunidade de salientar na introdução do presente trabalho, é o órgão eleitoral máximo cuja função é organizar e regular o processo eleitoral Moçambicano; ela é o mais importante órgão no gerenciamento da política eleitoral.

Nosso estudo parte do pressuposto de que existe uma diferença entre a concepção política da CNE e as representações sociais que dela se tem. Assim, pretendemos através de um grupo de estudantes do ISRI verificar se as representações sociais, negativas ou positivas, influenciam na decisão do acto de votar. Acreditamos que através do estudo das representações se poderá compreender o pensamento social subjacente dos entrevistados.

O ISRI, foi escolhido como o nosso campo de análise, já que o Instituto desde a sua criação foi consagrado ao estudo e a análise de estratégias em assuntos políticos nacionais e internacionais. Hoje, ele é uma das maiores instituições vocacionadas em matéria política. Quanto aos seus estudantes, entrevistados estes cursavam o penúltimo ano (4º Ano) do curso de Relações Internacionais e Diplomacia. A escolha deste grupo está associado a compreensão que uma minoria dotada de capital intelectual específico tem da instituição gestora do processo eleitoral. Estes estudantes estão numa área com fins eminentemente políticos, e são socializados intelectualmente com a análise e gestão da coisa política. Acreditamos que eles tenham um percurso universitário e uma bagagem académica que lhes permite uma análise mais cuidada, das instituições que compõem o cenário político moçambicano, no nosso caso, a CNE.²

Outro aspecto a destacar, o nosso trabalho, justifica-se também pelos poucos estudos a cerca desta matéria. Embora, no momento da revisão bibliográfica tenhamos procurado e pesquisado em diferentes fontes (Bibliotecas e Internet, etc), não foi possível encontrar uma vasta bibliografia a respeito.³

² Outro facto a lembrar os alunos do 4º ano encontravam-se mais disponíveis, dado que os seus colegas do último ano (5º ano) estavam em fase final dos trabalhos de licenciatura.

³ Facto este mencionado e desenvolvido no capítulo 3.3 desta monografia.

Enfim, com esta tese de final de curso de licenciatura em Sociologia visamos apresentar uma dimensão de análise da instituição gestora do processo eleitoral. Acreditamos que a monografia, permitirá compreender como um grupo de estudantes percebe e produz representações sobre a CNE e qual o impacto destas, no acto deles de votar e, por extensão, fazermos reflectir sobre o processo eleitoral moçambicano.

1.1 Hipótese

A hipótese que serviu de delimitação teórica desta pesquisa e norteou os nossos objectivos é: as representações sociais que um grupo de estudantes do ISRI tem da CNE influenciaram na decisão de participar do pleito eleitoral de 2004.

1.2 Objectivos

1.2.1 Objectivo Geral

- Analisar as representações sociais sobre a CNE e a sua possível influência no acto de votar.

1.2.2 Objectivos específicos

- Descrever o contexto do surgimento da CNE e do ISRI,
- Apresentar a composição e organização da CNE e do ISRI,
- Identificar os mecanismos de funcionamento da CNE e do ISRI,
- Verificar como são interpretados os mecanismos de funcionamento da CNE por um grupo de estudantes socializados na coisa política,
- Relacionar as representações destes estudantes sobre a CNE, e a possível influência destas, na decisão no acto de votação.

2. O Contexto do surgimento da CNE

Numa perspectiva comparativa internacional, Moçambique insere-se naquilo que Hunt-inngton chamou de “ *a terceira onda de democracia* “, pela qual vários países passaram durante os últimos 25 anos. Às reformas económico acrescentou-se a agenda da democratização como parte do discurso de desenvolvimento estandardizado.

Elaborou-se um “ *paradigma de transição* “ para a democratização com base na experiência, mas principalmente nas expectativas gerais da população. Este paradigma indica em linhas gerais, que a transição de uma forma autocrática de governação para a democrática se dá através de três fases: abertura, catalisação e consolidação. (Mazula, 2002: 228).

Em Moçambique, as primeiras duas fases coincidiram com o processo de paz. A aprovação de uma nova constituição (1990) e as negociações de paz são consideradas como a fase de *abertura*. A implementação dos AGP's e as primeiras eleições multipartidárias constituem, de acordo com a lógica de transição a fase da *catalisação*. O que restava era a *consolidação* da jovem democracia. A fórmula encontrada foi criar ou reforçar algumas instituições: como o sistema eleitoral, o parlamento, uma administração pública capaz e uma justiça neutra e eficiente. (ibdem). Depreende-se, deste modo, que o contexto do surgimento da CNE e do processo de democratização, ainda em curso no nosso país esta, ligado a nova Constituição, e as cláusulas acordadas nos AGP's de 1992.

A 30 de Novembro de 1990 foi adoptada uma nova constituição que introduziu liberdades de associação, de formação dos partidos políticos, de imprensa e de expressão. A Constituição abriu perspectivas para a introdução da democracia multipartidária em Moçambique. Ela e os AGP's estabeleceram as bases para a criação de órgãos de planificação, execução, direcção e supervisão dos processos eleitorais, tendo em vista as eleições multipartidárias, nomeadamente o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) para além da CNE⁴. (Ibidem)

⁴ Na sequência das negociações de paz iniciadas em 1990 sob os auspícios da mediação religiosa do Santo Egidio em Roma, o governo e a Renamo assinaram a 4 de Outubro de 1992, em Roma Acordo Geral de Paz pondo fim a 16 anos de conflito armado em Moçambique.

O projecto de conceber uma comissão eleitoral permanente, imparcial e independente dos restantes órgãos do estado cujo objectivo era o de organizar dirigir e fiscalizar o processo eleitoral, inscreve-se no que foi preconizado na lei de 3/93 de 1993. Assim, em harmonia ao que foi preconizado, em Janeiro do ano seguinte criou-se a CNE, apresentando na composição dos seus membros; uma variante política, uma vez que esta reflecte em proporção o número de assentos na Assembleia da Republica. (Lodge: 2003:4)

O STAE, é um órgão essencialmente administrativo sujeito a supervisão da CNE. Este emerge como produto da aplicação do decreto 11/95 de 21 de Abril do Conselho de Ministros que preconizava a criação de um organismo administrativo do Estado destinado a planificação e execução dos processos eleitorais e referendo. (idem)

A última instância a ser constituída foi o Tribunal Eleitoral, órgão jurisdicional cujo objectivo é apreciar os recursos do contencioso eleitoral reclamações que as diferentes formações políticas apresentam no decurso do processo eleitoral. (Mazula, 1995: 43).

Contudo, os planos estratégicos (reformulação e aprofundamento de determinadas clausulas na lei eleitoral) da CNE com vista a uma maior transparência e credibilidade das suas acções têm sido frequentemente criticados. Este cenário começou a desenrolar-se muito cedo, o exemplo disso é o seminário sobre "*Lei Eleitoral E Processo de Paz*"⁵ onde a incapacidade de se atingir um consenso sobre a composição da CNE, principalmente, marcou este seminário.

A Multipartidária que aconteceu dias após este Seminário veio reforçar a ideia de que os pontos controversos na lei eleitoral (a destacar a composição da CNE, os mecanismos de transparência e autonomia, e a questão dos 5% de votos) seriam um grande desafio para a futura instituição eleitoral a ser criada.⁶

⁵ Ver Relatório final do sobre Lei Eleitoral e o Processo de Paz de Luís Brito e Bernhard weimer de 1993.

⁶ A multipartidária foi uma reunião consultiva do governo com os partidos políticos com vista a elaboração da futura lei eleitoral, realizou-se em 25.02.1994, mais para o seu maior entendimento sobre a Multipartidária e as questões nela debatidas consultar: Mazula. 1995. Eleições democracia e desenvolvimento, Pag 37-39.

Pelo tom aceso da Multipartidária, todos os participantes estavam pondo em crise os fundamentos, uns dos outros, ou seja, estavam questionando não apenas do pensamento do outro, mas também de “todo o pensamento contemporâneo” moçambicano. Concretamente estavam sendo interpelados os referenciais ou paradigmas de análise da realidade social. (Mazula, 1995:38).

Estes impasses eleitorais na CNE foram justificados como parte do processo democrático, ainda em desenvolvimento. Contudo, a incapacidade da CNE de avançar com a revisão da lei eleitoral provocou questões sérias sobre a possibilidade de se preparar adequadamente as eleições autárquicas de 2003. (Boletim sobre o Processo Político Moçambicano, 2001:1). O clima de desconfiança acentuado afectou todos os debates sobre o processo eleitoral. A comissão Ad-hoc para a Revisão da Legislação Eleitoral não conseguia conciliar as posições das partes beligerantes. O partido da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) esperava que a futura lei eleitoral trouxesse profundas mudanças, enquanto que o partido da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) pretendia por sua vez fazer revisões menores, e as demais forças partidárias reclamavam também a sua participação na revisão eleitoral⁷. (idem).

O processo eleitoral de 2004 não trouxe um cenário político diferente dos anteriores. O clima de desconfiança dominou todo o processo eleitoral. Os partidos políticos acusavam-se mutuamente, e a CNE foi incapaz de travar os diferendos eleitorais (a questão do recenseamento eleitoral, a transparência e autonomia da CNE, a sua composição etc).

Severas críticas, após a realização deste último pleito eleitoral, provocaram o debate sobre a necessidade da reforma eleitoral.⁸ O Conselho Constitucional, (Instituição do Estado cujo um dos objectivos principais é validar os resultados eleitorais) acusou a CNE de incapacidade na gestão do processo eleitoral, apresentando um nível de institucionalismo e profissionalismo insatisfatórios. Os observadores nacionais e internacionais reforçaram estas críticas acusando a CNE de falta de transparência, como princípio fundamental para credibilidade nacional e internacional deste organismo (idem).

⁷ Referimo-nos aqui ao Partido Frelimo e ao partido Renamo que foram os únicos partidos que conseguiram atingir os 5% de votos necessários para integrar a CNE.

⁸ Para ver ainda mais sobre as críticas endereçadas a CNE ver, Boletim Sobre o Processo Político em Moçambique, Numeo 32-15 de Julho de 2005.

Nesta conjuntura, de existência de factores que concorrem para o constrangimento do funcionamento da CNE acreditamos ser pertinente entender os mecanismos de funcionamento deste órgão e realizar um estudo das representações sociais existentes, para se puder apurar o nível de confiança nas instituições e a possível influência destas no processo de tomada de decisão sobre o voto.

2.1 Mecanismos de funcionamento da CNE

A CNE enquanto instituição gestora dos processos eleitorais busca as bases do seu funcionamento na Lei eleitoral. Assim, as competências e atribuições que lhe foram conferidas e que constam dos seus estatutos influenciam na imagem que se deve ter dela. Portanto, depende-se que as representações existentes sobre os órgãos eleitorais, estão em parte associadas na forma como a CNE orienta o conjunto de valores e normas estabelecidos na lei eleitoral.

Segundo o regimento interno da CNE, que é o mais recente código de conduta (2003), ela foi concebida como um órgão do Estado, independente, responsável pela direcção e supervisão dos recenseamentos, dos actos eleitorais e referendos. No exercício das suas funções, deve obediência apenas à Constituição e as leis, tem jurisdição em todo território nacional, e as suas deliberações são de carácter vinculativo.⁹

Dado que a lei eleitoral é muito extensa, vamos nos cingir somente em alguns dos pontos relacionados objectivos do nosso estudo. Assim vamos focalizar certo a natureza da CNE, sua composição e suas competências.

A nossa análise se sub-divide então, em três eixos, a saber:

- a) A natureza da CNE – em torno da sua independência e autonomia

⁹ Deliberação nº 02/CNE/2003 de 05 de Março

- b) A sua composição – a maneira como foi técnica e politicamente concebida e as suas implicações sociais e políticas.
- c) As suas competências – que girou em torno da transparência dos processos eleitorais e também da questão da educação cívica.

2.2 Natureza, composição e competências da comissão nacional de eleições

Os artigos 9, 10, e 11 do regimento preconizam que a composição da CNE seja de dezanove membros, sendo um presidente, dois vice-presidentes e dezasseis vogais. Os requisitos necessários para se seja membro da CNE são: ser cidadão moçambicano com mais de 25 anos de idade, com reconhecido mérito moral e profissional para que possa exercer as funções com idoneidade, independência, objectividade, imparcialidade, competência e zelo.

Os membros da CNE, respeitando o disposto no nº 2 do artigo 4, da Lei nº 20/2002, de 10 de Outubro, são designados da seguinte forma:

- a) Um Presidente, por proposta da sociedade civil
- b) Dezoito membros a serem apresentados pelos partidos políticos ou coligações de partidos com assento na Assembleia da Republica, de acordo com o princípio de representatividade parlamentar que preconiza a barreira de 5% como mínimos para se ter assento parlamentar. (Deliberação nº 02/CNE/2003: 4).

Contudo apesar da proposta da escolha do presidente ser feita pela sociedade civil este é nomeado e empossado pelo Presidente da Republica, de entre os candidatos propostos por ela. As propostas de candidatura do presidente da CNE, são apresentadas pelas organizações da sociedade civil legalmente constituídas. A sua escolha é feita por consenso e este não havendo, é eleito por maioria de votos dos membros efectivos, por escrutínio secreto.

No que concerne as suas obrigações e competências, o artigo 16 atribui a CNE a garantia de recenseamentos, processos eleitorais e referendos, com ética e em condições de plena liberdade, justiça e transparência. Cabe ainda a este órgão eleitoral através dos órgãos de comunicação social e de outros meios de difusão massiva, a educação e o esclarecimento

cívicos dos cidadãos sobre questões de interesse social. Ainda no âmbito das suas atribuições, compete a CNE, elaborar o calendário, uma vez marcada a data das eleições, contendo as datas e a indicação dos actos sujeitos a prazo; e de apreciar a regularidade das contas eleitorais.

2.2.1 Análise comparativa das comissões nacionais de eleições de outros países

Conforme a lei eleitoral nacional de 1993, a CNE é um órgão concebido como independente e autónomo em relação a qualquer instituição estatal. Ela possui duas vertentes; uma técnica e outra política que se encontram estreitamente ligadas. Por exemplo, a transparência é uma solução técnica mas é também uma questão política. A vertente técnica engloba os magistrados judiciais, um representante do Conselho Superior da Comunicação Social, um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e o Director Geral do órgão de administração eleitoral. Juntam-se a estes doze, cidadãos com idoneidade reconhecida e com independência e equilíbrio em relação aos partidos políticos. Aqui entra um outro factor: parece que se procurou criar certa carga partidária na composição da CNE. (Brito & Weimer, 1993: 13). Esta carga partidária é verificada através da condicionante de 5% que garante assento na CNE a qualquer partido político que atinja essa margem. Com esta estratégia, pretendia-se que alcançar o equilíbrio político e a imparcialidade no processo de decisão entre os vários partidos políticos.

Acreditamos ser oportuno comparar o funcionamento da CNE moçambicana às comissões eleitorais de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Nicarágua. Países estes que passaram ou que ainda passam pelo processo de reordenamento democrático, e também porque Moçambique têm fortes relações sociais e históricas com alguns deles como: Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe (todos foram colonizados pelo mesmo país, Portugal) e a Nicarágua país distante da realidade africana, mas que promoveu mudanças nas suas instituições de Estado após período de guerra civil. O que pretendemos com esta comparação é analisar o funcionamento e eficiência das nossas instituições eleitorais.

Em Angola, a composição da CNE, é numerosa é fundamentalmente política: ela engloba um representante de cada um dos partidos legalmente constituídos e reconhecidos e um representante de um dos candidatos á Presidência da Republica. Trata-se de uma composição política que é contrabalançada por uma área mais técnica.: um juiz do Tribunal Supremo, um representante do conselho constitucional, o Ministro da Administração e Território, o Director Geral das Eleições, um representante do Conselho Nacional de Comunicação Social e representante e um representante do ministério das Relações Exteriores. (idem)

Em Cabo Verde a composição é simples. São cinco cidadãos designados pela Assembleia Nacional. Tal como nos outros casos, esta comissão é independente, não estando submetida aos poderes do Estado. (ibdem)

No caso de São Tomé e Príncipe, há uma componente técnica, a que se junta uma componente de personalidades designadas pela Assembleia Nacional e uma componente de cidadãos idóneos designados pela Assembleia Nacional, mas propostos pelos partidos políticos legalmente existentes. A componente técnica é constituída por um grupo de elementos designados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pela comunicação Social. Afirma-se na lei que a CNE é independente, mas, contrariamente ao que acontece nos outros casos, acrescenta-se que ela funciona junto à Assembleia Nacional.

Na Nicarágua, o Conselho Supremo Eleitoral (CSE) é uma comissão política, composta por cinco cidadãos eleitos pela Assembleia Nacional sob proposta do Presidente da Republica (antes, ele deve solicitar a todos os partidos que apresentem as suas propostas, devendo tomá-las em consideração; da mesma maneira, deve ter em consideração os resultados dos partidos políticos nas eleições anteriores). Ele é completamente independente.

De um modo geral, cabe as diferentes Comissões Eleitorais, incluindo a de Moçambique organizar, dirigir, supervisionar todo o processo eleitoral, desde o recenseamento, passando pela votação e o apuramento dos resultados. Contudo, há certos aspectos que nem sempre estão atribuídos às Comissões Eleitorais. Enquanto que em Moçambique os AGP's preconizam certo tipo de prerrogativas de exclusiva competência da CNE em outras realidades há certos aspectos que estão atribuídos a outros órgãos como por exemplo Cabo Verde. (ibdem)

Em Cabo Verde, todos os aspectos das candidaturas cabem ao Tribunal Supremo, mas com uma variante: nas eleições legislativas, a análise das irregularidades na votação e apuramento, em caso de recurso, cabem a CNE. Já nas eleições presidenciais tudo o que se refere as candidaturas e a votação é o Supremo Tribunal de Justiça. Neste aspecto Moçambique toda a questão do contencioso eleitoral decorre no âmbito da CNE e das suas ramificações a nível provincial e distrital. (ibdem). No que concerne a barreira dos 5% de votos, (mínimos exigidos para se puder ter assento político), Moçambique é dos casos apresentados o único país que tem esta condicionante. Parece que no anteprojecto da lei moçambicana, no que respeita as eleições legislativas, não houve a preocupação de se garantir um equilíbrio tendo em atenção a disparidade populacional existente no país. (ibdem).

Em Angola não obstante ser um sistema proporcional, houve uma preocupação de se garantir um equilíbrio político, tomando em consideração as diferenças populacionais entre as várias regiões do país. Em Cabo Verde, nas eleições legislativas também existe a preocupação de se garantir um certo equilíbrio e a lei estabelece obrigatoriedade a cada círculo eleitoral ter pelo menos dois deputados e cada um dos três círculos eleitorais ter pelo menos um deputado.

Na Nicarágua, no concernente as eleições legislativas a própria lei estabelece um número de lugares no parlamento para cada uma das circunscrições eleitorais. Em São Tomé e Príncipe nas eleições dos deputados à Assembleia Nacional a lei também tem a preocupação de garantir a obrigatoriedade de representação por um mínimo de quatro deputados por cada círculo eleitoral. Os restantes são distribuídos pelos círculos eleitorais proporcionalmente ao número de eleitores inscritos nesses círculos.

Daqui pudemos depreender que as comissões eleitorais aqui sintetizadas, estão organizadas de maneiras diferentes, tendo um e outro ponto que as aproxima ou as distanciam. Assim entendemos que não existem sistemas eleitorais, nem comissões eleitorais "puros", estes foram concebidos de maneira diferente procurando ajustar-se às realidades sócio-políticas dos seus países.

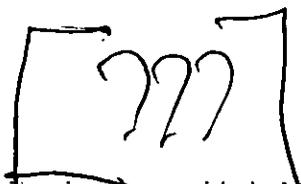
Entretanto, e em linhas gerais, estas comissões foram criadas para responder à uma determinada ordem ou objectivo social. Portanto, certos aspectos encontram-se desajustados da dinâmica política e social, o que provoca uma certa insatisfação quanto ao funcionamento

do próprio sistema. No caso Moçambicano, por exemplo a presença dos partidos políticos na composição da CNE, e a condicionante dos 5% são aspectos que criam constrangimentos políticos e sociais. A partidarização dos órgãos eleitorais (presença dos partidos políticos na composição da CNE) tende a enfraquecer a autoridade e a imparcialidade institucional, dado que a lei faz parte do jogo político que é legislado e executado pelos partidos maioritários.

Diferentemente de outras realidades aqui apresentadas a Constituição Eleitoral Moçambicana exclui do debate e da legislação política potenciais profissionais, e ignora parcelas populacionais que não se sentem representadas, devido a exclusão de partidos políticos que não conseguem a atingir a barreira dos 5%. Isto cria um clima de desconfiança em relação aos maiores partidos e põe em causa a eficiência do modelo adoptado, o que pode eventualmente minar o sistema de valores democráticos introduzidos.

No contexto político e de reordenação democrática Moçambicana, o projecto de conceber a CNE e de reestruturação do ISRI, no mesmo ano (1993) ilustram as iniciativas do Estado em se organizar institucional e tecnicamente.

3. Historial sobre o ISRI



O ISRI é uma instituição superior situada na cidade de Maputo. Ela surge ao abrigo do decreto nº 1/86, de 5 de Fevereiro, do Conselho de Ministros, enquadrando-o no subsistema superior, no contexto do Sistema Nacional de Educação.¹⁰ A decisão da criação duma academia superior naquele momento, visava responder a necessidade de formação de quadros superiores vocacionados a actividade diplomática. Assim, aquando da sua criação, foram três os grandes objectivos que nortearam esta instituição, a citar:

1- Formar funcionários para o serviço diplomático e consular, bem como tarefas inerentes as relações internacionais da até então Republica Popular de Moçambique.

¹⁰ Boletim da Republica, Publicação Oficial da Republica Popular de Moçambique, de 5 de Fevereiro 1986, I Série -Numero 6

- 2- Realizar cursos de capacitação para responder as necessidades do pessoal qualificado para outros ramos da actividade do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e das missões diplomáticas e consulares da Republica Popular de Moçambique.
- 3- Realizar pesquisas científicas sobre questões internacionais de interesses para a política externa da Republica Popular de Moçambique.

Estes objectivos estavam em harmonia com o decreto presidencial nº 65/ 83 de 29 de Dezembro que consagrava o MNE a função de dirigir, planificar e controlar a política externa da ex- RPM estabelecendo e desenvolvendo relações de paz e amizade, paz e cooperação com outros povos. O ISRI no momento da sua criação era um departamento do MNE, embora no seu estatuto orgânico gozasse de personalidade jurídica e de autonomia financeira. (Boletim da Republica; Decreto nº1/86)

De acordo com o actual Vice-Reitor desta instituição Dr. Patrício José a tutela do ISRI pelo MNE trouxe vantagens e desvantagens. Do seu ponto de vista a grande vantagem foi a formação de quadros superiores qualificados para os mais altos postos na conjuntura política internacional, e a grande desvantagem foi a incapacidade do MNE de absorve-los nos seus quadros uma vez que estes passaram a prestar serviços para outros ministérios e ou grupos privados.

Por necessidade de adequar a organização, funcionamento e gestão do ISRI ao novo regime jurídico, ao abrigo do disposto no artigo 9, conjugado com o artigo 32 da Lei nº 1/93, de 24 de Junho, e ouvido o Conselho Nacional do Ensino Superior, o Conselho de Ministros veio pelo decreto nº 12/97 de 3 de Junho publicar os novos Estatutos do ISRI.¹¹

Esta aprovação, veio entre outros pontos, dinamizar o sistema de ensino da instituição e libertar o ISRI da tutela do MNE. Os objectivos gerais da instituição deixam de ser direccionados somente a área diplomática e consular e passam pela formação superior, a investigação e extensão, isto é formação de técnicos qualificados para diversas áreas das relações internacionais incluindo a área diplomática e consular.

¹¹ Boletim da Republica, Publicação Oficial da Republica de Moçambique, de 3 de Junho 1997, I Série – Numero 22

Realiza, ainda actividades de extensão e difusão da ciência no seio da sociedade moçambicana e promove cursos de capacitação em Relações Internacionais para quadros dos sectores públicos e privados entre outras funções. (Boletim da Republica; Decreto 12/97, artigo 4)

Ainda, segundo o Vice-Reitor, a análise deste novo momento da instituição pode ser feita em três parâmetros sendo:

- 1- Na qualidade dos seus graduados: isto se mede pela sua qualidade do trabalho seja nas instituições públicas, privadas ou nas organizações internacionais onde ocupam cargos de Direcção como na SADC e mesmo na ONU.
- 2- Na melhoria das condições de trabalho, no desenvolvimento da área específica onde se encontram inseridos, e nas relações que mantêm com as diversas instituições do Estado.
- 3- Na satisfação dos próprios profissionais que têm das mais variadas aplicações: Directores de empresas publicas e privadas, Gestores de programas nas ONG's, Embaixadores, etc.

Mesmo assim há que se registrar das mais diversas dificuldades, sendo a destacar:

- A fraca base de material científico para a docência e a exiguidade das instalações.
- A falta de programas de apoio social aos docentes
- A escassez de finanças para preservar o património da instituição.

Na altura da sua criação eram na sua maioria os quadros internacionais que leccionavam na instituição e agora o cenário mudou e são os quadros nacionais que anteriormente eram discentes da instituição. Isto deu uma certa dinâmica ao seu funcionamento uma vez que estes últimos conseguem fazer um acompanhamento aos seus estudantes, o que é diferente dos casos anteriores onde os docentes contratados no fim do seu contacto retornavam aos seus países. Também o rácio de entrada e saídas actuais supera em muito outras instituições

como o ISPU (Instituto Politécnico e Universitário), o ISCTEM, (Instituto Superior de Ciências e Tecnologia de Moçambique) UDM, (Universidade Técnica de Moçambique) etc o que demonstra, de certa maneira, o seu crescimento.

A nível dos projectos futuros, o ISRI pretende focalizar na fortificação e dinamização da instituição no âmbito das pesquisas científicas, e do aperfeiçoamento cada vez maior nas áreas de metodologia de ensino e ética deontologia profissional.

Após a apresentação em linhas gerais da CNE e do ISRI, e antes de analisarmos as representações que um grupo de estudantes têm sobre a instituição eleitoral (CNE), cabe apresentarmos o enquadramento teórico do nosso trabalho.

4. Enquadramento teórico

Para proceder a análise do estudo, recorreu-se a junção interdisciplinar de dois campos de conhecimento inseridos no conjunto das ciências sociais: a Ciência Política e a Psicologia Social. Na ciência política buscamos o conceito cultural da coisa política para analisar o comportamento político dos indivíduos e como os valores culturais podem influenciar na tomada de decisão. Na psicologia social resgatamos a perspectiva teórica de representação social de Serge Moscovici para o estudar as percepções existentes num grupo social.

4.1 Cultura política

Na primeira metade do século XX uma forte tradição "culturalista" penetrou profundamente o conjunto das Ciências Sociais no Estados Unidos. A chamada escola de Chicago interessava-se pelo mosaico de minorias não assimiladas que então caracterizava a metrópole dos Grandes Lagos. Daí surgiu toda uma antropologia que valorizava noções como: " a cultura de base, ou a personalidade de base". (Braud; 1984: 79).

É nesta tradição, que se radica a introdução na Ciência Política a partir do clássico livro de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963 [1989]), *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries* o conceito fundamental de cultura política. (Borba; 2005:148)¹². Nele o conceito de cultura política está delimitado as atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos: “ O termo ‘cultura política’ refere-se as orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública ”. (idem).

Através desse conceito, visava-se chegar a caracterização daquilo que seria a cultura política de um país, definida como a “*distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objectos políticos entre os membros da nação,*” bem como afastar-se das explicações mais em voga na ciência política de sua época, marcadas por uma forte ênfase no estudo das instituições políticas de origens judicialistas. (ibdem).

Distinguem a partida três níveis de participação política a saber:

- 1) A “*orientação cognitiva*”, que significa o conhecimento do sistema político e a crença nele, nos seus papéis e nos seus titulares seus *inputs* e *outputs*;
- 2) A “*orientação afectiva*”, se traduz pelos sentimentos sobre sistema político, seus papéis, pessoas e desempenho; e
- 3) A “*orientação avaliativa*”, relaciona-se ao julgamento e opiniões sobre os objectos políticos, que tipicamente envolvem a combinação de padrões de valor, bem como critérios de valor com informações e sentimentos. (idem).

Desde o seu surgimento, no entanto, o conceito e os pressupostos envolvendo cultura política têm sofrido uma série de críticas, não apenas por parte daqueles que não os aceitam, mas, sobretudo, e especialmente, de estudiosos que actuam no campo do conhecimento inaugurado por Almond e Verba. E a principal e mais séria crítica diz respeito aos pressupostos da obra *The Civic Culture*: a postulação de um determinado tipo de cultura

¹² Borba, Julian, *Cultura Política, Ideologia e Comportamento Eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso Brasileiro*, Opinião Publica, Campinas, Vol. XI, nº1, Março, 2005, p. 147-168 Acesso em 23.01.06. Isto não significa que a preocupação com a cultura política não estivesse presente nos estudos políticos anteriores a Almond & Verba. Como destaca Baquero “ embora já estivessem presentes, no horizonte da política clássica desde os estudos de Sócrates, Aristóteles e Platão, a preocupação com as capacidades políticas.

política como requisito necessário e absoluto para a constituição e consolidação da democracia, no caso, a cultura cívica existente no Estados Unidos e na Grã-Bretanha. Essa perspectiva não considera que as diferentes culturas políticas são fruto de diferentes experiências históricas e que não necessariamente caminham para a mesma conformação institucional. Além disso, coerente com a Ciência Política norte-americana da época da pós-guerra, Almond e Verba defendem a democracia liberal como modelo ideal de sociedade. (BAQUERO; 1995:6)

Ainda que não haja um consenso na literatura, alguns de autores advogam a necessidade de ser feita uma adequação dos conceitos originais de cultura política, tornando-os mais próximos das suas realidades, (Turner, 1995). À conclusão semelhante chegaram Brown e Gray (1979), em outro contexto, ao estudar com seus colegas, na década de 1970, a política dos países do Leste Europeu. Concluíram que há a necessidade de serem incorporados aspectos que contemplem crenças e valores subjectivos sobre o conhecimento e as expectativas políticas, que são produto da experiência histórica das nações e dos grupos políticos. (ibdem). Depreende-se desta forma, que em vez de se enquadrar as diferentes sociedades em uma tipologia construída *a priori*, os estudos de cultura política devem servir para que se construa uma compreensão da realidade que considere as diferentes experiências históricas.

Mais tarde, Lamounier e Souza, (1991:311), definiram a cultura política de uma sociedade como sendo "*resultado de um padrão de orientações cognitivas, emocionais e valorativas que, além de estáveis, tornam-se vivas e actuam ao longo do tempo, pois a menos que grandes rupturas históricas forcem os grupos sociais a redefinir esses padrões, a cultura política continuará a reproduzir-se de acordo com as matrizes originais*".(Baquero; 2001: 7).

Nesse sentido, a cultura política ocupa um lugar central no quotidiano dos indivíduos, podendo servir tanto para regular a transmissão de valores políticos, quanto para legitimar o funcionamento das instituições políticas. A forma como se constrói e se difunde essa cultura está directamente relacionada a maneira como se reproduzem os comportamentos, as normas e os valores políticos de determinada comunidade.

Ela pressupõe a necessidade de caracterizar os diferentes contextos histórico-culturais que irão contribuir para a sua configuração. Assim sendo, a sociedade moçambicana deve ser vista e entendida como resultado de um processo interactivo e cumulativo de experiências vividas, cujas matrizes políticas podem ser identificadas pela determinação de seu processo de formação histórica.

Deste modo, entende-se que o processo histórico e as condições sociais constituem o contexto no qual a cultura política de uma sociedade se forma e desenvolve. Eles permitem a introdução de determinadas práticas políticas, e de incorporação valores políticos na vida social e condicionam as opiniões e actos, e em grande parte o inconsciente de forma que cada indivíduo tem atitudes codificadas socialmente mesmo quando acredita, na maior parte das vezes, que esta a pensar ou agir por iniciativa própria.

Portanto a cultura política de uma sociedade esta em estreita interdependência com o seu sistema político. Aí se revelam processos de aculturação ou de espoliação de identidade; também ela não pode ser dissociada de outros modelos de adaptação aos papéis sociais que um indivíduo assume nas suas actividades de produção, de consumo, de educação, etc. É nesta relação entre o sistema social e a cultura política que busca-se a compreensão do comportamento político dos indivíduos e das representações que estes têm das instituições políticas.

4.2 Representações sociais

A história das representações sociais insere-se na inter-relação entre os actores sociais, o fenómeno e o contexto que os rodeia. Este conceito remete-nos a representação colectiva de Émile Durkheim, e situa-se nas fronteiras da psicologia e da sociologia. (Alexandre, 2004:3)¹³

¹³ Alexandre, Marcos, Teorias das Representações Sociais e Teorias de Género. Rio de Janeiro, V10, nº23, Jul/Dez 2004. Disponível em: www.facha.ed.ba/publicação/comum/comum_23/Artigo_7.pdf. Acesso em 27.07.05.

Durkheim, teorizou que as categorias básicas do pensamento teriam origem na sociedade, e que o conhecimento só poderia ser encontrado na experiência da vida social, ou seja, a vida social seria a condição de todo o conhecimento organizado. As representações colectivas designavam assim um conjunto de conhecimentos e crenças (mitos, religião, ciência) socialmente adquiridos. (idem)

Para Durkheim, portanto, as representações colectivas teriam uma existência concreta, uma "materialidade" que se manifestaria não apenas no comportamento dos membros de uma sociedade, por meio da socialização e interiorização de valores, mas na estrutura jurídica e organizacional de uma formação social, nos mecanismos de controle social, nos critérios e formas de sanção, recompensa, etc.

As representações colectivas dariam assim sustentação a uma moral específica e necessária ao corpo social, materializando-a, objetivando-a e naturalizando-a, desempenhando desse modo o papel de atenuar ou até mesmo eliminar a contradição entre o individual e o coletivo, mantendo desse modo a ordem e o equilíbrio social.

Mais tarde o psicólogo francês Serge Moscovici resgatou a pensamento de Durkheimiano para desenvolver a teoria das representações sociais no campo da psicologia social. Na teoria de Moscovici, *a representação social refere-se ao posicionamento e localização da consciência subjectiva nos espaços sociais, com o sentido de constituir percepções por parte dos indivíduos*. Nesse contexto, as representações de um objecto social passam por um processo de formação entendido como um encadeamento de fenómenos interactivos, fruto dos processos sociais da contemporaneidade. (De Lima: 2000).¹⁴ Entende-se assim que as fontes de determinação das representações sociais, de maneira geral, estão enraizadas no conjunto de condições sociais, culturais, económicas e históricas, as quais caracterizam uma determinada sociedade, bem como no sistema de crenças e valores sociais existentes.

¹⁴ De Lima, Cláudia, Representações Sociais e Sociedades: a Contribuição de Serge Moscovici. Disponível em: gemini.ricesu.com.br/colabora/n6/artigos/n-6/ido2a.htm. Acesso em 28.07.05.

As principais características das representações sociais, no conceito de Moscovici, são a *funcionalidade* e o *carácter performativo*. (Xavier; 2002)¹⁵

a) *Funcionalidade das Representações (ou organização do real)*

As representações são "*uma modalidade de conhecimento particular*", que têm por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. O estudo das representações sociais, nessa perspectiva, consiste na análise dos processos pelos quais os indivíduos, em interacção social, constroem "teorias" sobre os objectos sociais, que tornam viável a comunicação e organização dos comportamentos. Tais "teorias" estão inscritas no pensamento representativo do senso comum, cuja forma de funcionamento difere do sistema representativo do saber científico. Num sentido cognitivo, o senso comum é, segundo Moscovici, formado por imagens e símbolos; seu limite de realidade é baseado no consenso; é dominado pelo "porquê" (em vez do "como"); e as respostas às perguntas que se colocam emergem sob uma pluralidade de tipos e critérios de julgamento, com uma grande flexibilidade de sucessão de actos mentais, áreas e formas sintácticas disponíveis.

Esse "pensamento natural", e espontâneo, é determinado, ainda, por factores contextuais e sociais: dispersão da informação, focalização social de aspectos da realidade em questão, pressão para a inferência, personificação de conceitos e fenómenos, figuração de imagens e conceitos e naturalização das relações lógicas e empíricas.

b) *Carácter Performativo das Representações (fundamentação de práticas)*

As representações sociais são um sistema (ou sistemas) de interpretação da realidade, que organiza as relações do indivíduo com o mundo e orienta as suas condutas e comportamentos no meio social, permitindo-lhe interiorizar as experiências, as práticas sociais e os modelos de conduta ao mesmo tempo em que constrói e se apropria de objectos socializados. A relevância sociológica do estudo das representações sociais, desse modo, está no fato de que elas fundamentam práticas e atitudes dos actores, uns em relação aos outros, ao contexto social e àquilo que lhes acontece.

¹⁵ Xavier, Roseane, Contribuição da Fenomenologia Hermenêutica para a Psicologia Social. Disponível em: psicologiaesociedade@abrapso.org.br, vol.14 n°2 Porto Alegre Jul/Dez. 2002 Acessado em 23.08.05.

A partir destas características, que para Moscovici a externalidade das representações e do seu processo aos olhos dos sujeitos, seu deslocamento, sua naturalização e projeção (a que outros teóricos poderiam chamar, negativamente, de alienação), consiste num mecanismo psicossocial de construção social da realidade. As representações, uma vez constituídas, não se convertem necessariamente em leis de funcionamento social. Para o autor estes processos de produção da realidade são feitas através da *ancoragem* e *objetivação*.

A *ancoragem* é definida como "a penetração" de uma representação entre as que já existem na sociedade, conferindo-lhe sentido e utilidade. Ela actua numa rede de significados, jogando e intercambiando, de forma comunicativa, valores intrínsecos e extrínsecos do indivíduo, para equilibrá-lo de forma não contraditória. O equilíbrio se fundamenta na capacidade da representação de negociar com a realidade, isto é, vale menos a pretensão à verdade que a realização do consenso.

Este processo induz a ação visando ao entendimento, mas sua pretensão de validade postulada é frágil e intercambiável. A representação torna-se assim, para todos, um meio de interpretar os comportamentos, de classificar as coisas e as pessoas em uma escala de valores e nomeá-las. Tem a ver, portanto, com a identificação de pertenças sociais, dos posicionamentos recíprocos (percepção mútua de Si e do Outro) nas relações sociais. (ibdem)

A *objetivação* é o processo pelo qual são "materializadas" as idéias e os conceitos isto é a transformação de um conceito abstrato em algo tangível. Ou melhor a objetivação consiste, segundo o autor, na forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e formam expressões de uma realidade vista como natural. Enquanto que a ancoragem, por sua vez, funciona como o estabilizador do meio e como redutor de novas aprendizagens, tornando os objetos mais resistentes e cristalizados. (ibdem).

A partir das características das representações sociais de Moscovici aqui sinteticamente apresentadas por Xavier, entendemos que o nosso objecto de estudo espelha-se a segunda característica, qual seja, *o carácter performativo das representações*. O nosso estudo, pretende a luz desta característica entender qual a percepção que um grupo de estudantes do ISRI têm, da CNE e qual o impacto desta percepção no processo de votação.

4.3 O Processo eleitoral em Moçambique

Estudos sobre a CNE, dentro do referencial teórico aqui apresentado, foram-nos difíceis de achar. No entanto, cabe realçar a existência de alguns trabalhos moçambicanos, relacionados com os processos eleitorais e o comportamento eleitoral.¹⁶ Portanto, entendemos ser pertinente trazer estas abordagens teóricas e acreditamos que elas introduzem uma dimensão que cremos que contribuirá no conhecimento sobre o comportamento eleitoral, e algumas delas servirão de referência no nosso trabalho.

Em *Election Observation and Democratization in Africa* Abbink,(2000) demonstra-nos, através de estudos realizados por vários investigadores, como a existência de factores endógenos aliados a factores exógenos condicionam a estrutura democrática de algumas sociedades africanas. O autor aborda a democratização em África numa perspectiva sócio-político e estuda dentre outros assuntos o comportamento eleitoral, os processos eleitorais, e o papel das instituições no cenário democrático em que tais instituições se encontram inseridas e a sua relação com o Estado. Estes estudos foram relevantes para a pesquisa pois demonstram a existência de uma diversidade de factores contextuais que influenciam na organização sócio-política das estruturas democráticas de uma sociedade.

Dentre estes todos o que aproximou-se mais do contexto moçambicano foi o caso das eleições no Mali, onde a não concordância com os mecanismos da democracia adoptadas pelo governo conduziu a um confronto com a sociedade civil. O caso deste país centro africano demonstra como uma sociedade viu, analisou e interpretou as lógicas do funcionamento da máquina democrática eleitoral do seu país.

Considerado um dos mais pobres países do mundo, Mali teve como Moçambique um processo de transição política pacífica. Contudo após as duas primeiras eleições, Mali encontrou uma forte confrontação entre a sociedade civil e as regras da democracia adoptadas.

¹⁶ Alguns autores que abordaram a questão do comportamento eleitoral Moçambicano em seus estudos foram: Baloi & Macuane 2000, Brito & Weimer 1993, Mazula 1995 & 2002, Serra 1999etc.

A génese dos conflitos que conduziu a descredibilidade das instituições democráticas daquele país e ao confronto com a sociedade civil tiveram como principais causas: a contínua incompetência e corrupção dos serviços administrativos herdados do antigo regime; o ultra-liberalismo dos doadores que ao invés de apoiar na restauração dos serviços públicos e da democracia, necessários para instituir um Estado regulado por leis, preferiram capitalizar o sector privado que em si não assegurava que funcionaria em moldes diferentes daqueles da administração estatal. (Abbink: 2000: 249)

Deste modo, o défice institucional conduziu o Mali a um estado clientelista onde a legitimidade era adquirida a base de favores, baseada na corrupção e transgressão das leis. Por outro, lado a falta da consolidação da dívida flutuante dos partidos políticos (os partidos políticos deviam somas avultadas ao Estado) ignorada pela lei, fragilizava também o processo de democratização.

Assim, no entendimento da maioria dos malianos, o sistema estava funcionando mal porque o próprio processo eleitoral, em vez de ter facilitado a transição de um estado clientelista para um estado regulado por leis, tinha contribuído bastante para a entrada de empresas clientelistas através de patrocínios políticos partidários. (idem).

A entrada de patrocínios estrangeiros nos processos eleitorais com fins lucrativos, contribuiu para a descredibilidade generalizada das instituições que culminou com o confronto com a sociedade civil. A questão seguinte é um exemplo elucidativo deste posicionamento: *Como passar de um estado clientelista com privilégios sistemáticos e corrupção para um estado burocrático regulado por leis?* (Abbink citando M.F.Lange; 2000:251).

Depreende-se assim, que a introdução do sistema democrático no Mali foi meramente técnico e formal mais na prática ela não conduziu à uma reformulação profunda das instituições e das práticas do regime estatal, o que condicionou, em larga escala, a descredibilização das instituições. Estes constrangimentos associados a falta de autonomia nos serviços públicos articulado as relações clientelistas, favoreceram as clivagens sociais que se verificaram entre a sociedade civil e os mecanismos democráticos adoptados.

O caso Maliano foi pertinente para o nosso trabalho, uma vez que demonstrou-nos uma visão de análise dos processos democráticos e chamou-nos atenção para a implementação de transformações no sistema social que se ajustem a dinâmica social e cultural vividos nesse contexto.

No contexto moçambicano encontramos estudos de autores que reflectiram sobre o comportamento eleitoral. Eles procuraram entender os factores motivantes da participação eleitoral no processo de votação.¹⁷ Os estudos aqui mencionados foram escolhidos porque acreditamos que são os que mais se aproximam aos objectivos por nos traçados.¹⁸

Baloi e Macuane estudaram o comportamento eleitoral nas primeiras eleições gerais e multipartidárias, e concluíram que o factor mais dominante da participação eleitoral no processo de votação foi o seu desejo pela paz. O receio de um cenário pior em caso de abstenções foi o factor que mais se evidenciou para a participação massiva dos eleitores. Entendem os autores que os eleitores não estavam muito preocupados com os princípios que normalmente norteiam o eleitor para um processo de votação mais sim com o desejo de manter a paz. (Baloi, Macuane, 2000:36).

Entende-se neste estudo, que o desejo pela paz emergiu como um factor relevante, na participação massiva dos eleitores. Contudo apesar destes autores reforçarem o desejo pela paz, como elemento mais motivante da participação, há que estar atentos a relativização e complexidade dos factos sociais.

Tendo em conta a dinâmica social e a complexidade do social e das suas relações entre os indivíduos que influenciam e actuam diferentemente, acreditamos que o desejo pela paz não pode ser tomado como o único determinante, ocorreram outros motivos que devem ser percebidos e considerados na participação eleitoral conforme veremos no estudo a seguir.

¹⁷ Estes estudos foram feitos a nível local e nacional e revelaram-se pertinentes para o nosso estudo na medida em, que nos ajudaram a compreender os factores sociais que influenciam na participação do eleitor no processo de votação.

¹⁸ Os estudos aqui mencionados são de Baloi e Macuane 2000, Mazula 2002 e Serra 1999.

Mazula, no seu livro "*10 Anos de Paz em Moçambique*" retoma o debate sobre a questão da participação do eleitor no processo de votação. Embora aproxime-se da ideia de Baloi e de Macuane, Mazula sugere uma outra visão de abordagem deste fenómeno. (Mazula, 2002:234).

Entende que a paz por si só não poderia ser um elemento determinante para eleições massivas, antes de mais ele questiona, se a votação de 1994 foi considerado um voto pela paz, ou como poderíamos interpretar uma maioria esmagadora da Frelimo em Gaza e outra para Renamo em Sofala? (Gaza e Sofala são tidos como os tradicionais bastiões da Frelimo e da Renamo respectivamente). E conclui:

A questão é que o processo de Paz só pode explicar parcialmente, porque é que os moçambicanos saíram para votar em massa em 1994 e 1999 (...). Não se apresenta uma explicação unilateral, lógica e globalizadora. Há evidências de uma grande variedade de factores que determinam o comportamento eleitoral: a paz, a guerra, a história local, a pobreza o analfabetismo, a etnia, o clientelismo, as campanhas eleitorais, o desempenho político de um partido, o programa de um partido, o carisma do líder etc. A geografia política é tão diversa que o peso de cada factor parece relativo e nenhum deles absolutamente dominante. (idem).

Nesta análise, torna-se difícil determinar a relevância de um factor em relação aos outros. Visto sua complexidade, cujas acções visam a satisfação de determinados propósitos ou projectos sociais, daí a dificuldade em encontrar um factor globalizante (ex: a paz, ideologia, etc) que eventualmente se evidenciaria na votação eleitoral nestas eleições. Entende-se assim, que a complexidade da racionalidade social leva o ser social a realizar as suas escolhas dentro de um referencial cultural, social e político tendo em conta os seus objectivos sociais.

Serra discutiu também a questão do comportamento eleitoral no seu livro "*O Eleitorado Incapturável*" sobre as eleições Autárquicas de 1998.¹⁹ Ele objectivava entender o porquê das elevadas abstenções por parte do eleitorado neste pleito eleitoral. O seu estudo foi feito em seis autarquias a saber: Chimoio, Manica, Beira, Dondo, Nampula e Angoche.

¹⁹ Autarquia é uma entidade autónoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, sujeita a fiscalização e tutela do Estado, com património constituído de recursos próprios, e cujo fim é executar serviços de carácter estatal ou interessantes à colectividade, como, entre outros, caixas económicas e institutos de previdência.

Alguns dos motivos arrolados por Serra que justificaram a não participação de grande parte do eleitorado nas eleições Autárquicas de 1998 foram: o confronto ideológico (entre a Frelimo a pedir voto, e a Renamo e os Partidos coligados a pedir a abstenção), o descontentamento com o Estado, passando pelos protestos contra a sua destituição enquanto sujeitos organizados de um jogo privatizado pelos políticos, até aos a falta de inovação nos programas eleitorais. (Serra, 1999: 46) Assim são vários os factores concorreram para a não participação do eleitorado no processo de votação.

No nosso entender Serra e Mazula tem uma linha de abordagem muito próxima, pois ambos enfatizam a complexidade das acções sociais. Os autores acentuam a existência de diversos factores que condicionaram a participação ou não do eleitor no processo de votação. Cada um desses factores influenciou o eleitor de forma diferenciada. Assim, cada eleitor ao decidir participar ou não do processo de votação têm em conta vários aspectos que o influenciarão os quais não poderão ser extensivamente partilhados.

Portanto, ao vermos a decisão de participação do eleitor como condicionada ou motivada por apenas um único interesse estaríamos de certa forma anulando a sua carga racional quanto as preferências e os objectivos sociais enquanto sujeito activo da acção. Ora, a racionalidade social é complexa e o actor social age a ordem e estrutura social de formas diferenciadas, na sua pretensão de alcançar um determinado fim. Estes factores vão intercambiando entre si, dando desse modo uma postura individual ao eleitor quanto a sua compreensão das questões eleitorais.

Brito e Weimer dirigiram as suas análises para a CNE. As conclusões aqui referenciadas foram colhidas a partir do seminário denominado “*Lei Eleitoral e Processo de Paz*” a alguns dias antes da reunião consultiva do governo aos partidos políticos que ficou conhecida como *Multipartidária*. Segundo estes autores, a maneira como a CNE foi concebida; uma componente técnica e outra de equidade visava essencialmente dar equilíbrio em relação as diferentes forças políticas. (Brito & Weimer, 1993:26:30)

Entendem os autores, que seria pertinente, atendendo a conjuntura política que o país atravessava (depois de um conflito armado que durou cerca de 16 anos) encontrar elementos ou mecanismos que integrasse todas as forças políticas. E esta composição técnica e política da CNE foi um dos mecanismos adoptados com vista a dar credibilidade ao processo eleitoral e a própria instituição e acima de tudo para se puder ultrapassar ou atenuar o clima de desconfianças dominante. (idem)

Deste seminário colheu-se algumas percepções dos participantes sobre a CNE.²⁰ Quanto a composição da CNE foi assinalado nessas intervenções que os membros da CNE viriam maioritariamente do tempo do partido único e que, embora se admitisse a sua idoneidade, dificilmente se poderia estar seguro quanto a sua isenção e imparcialidade.

Com vista a uma maior transparência, os intervenientes questionaram à capacidade e a possibilidade de isenção dos 16 cidadãos que seriam eleitos para figurar na composição da CNE. Sugeriram então, que o governo deixasse que fossem os partidos políticos a propô-los. Foi também levantada com insistência a questão relativa à barreira de 5% de votos para se obter representação parlamentar, que figura no Ante-Projecto da Lei Eleitoral (APLE) por força do texto do AGP.

Foi assinalado não só que estes 5% constituiriam uma barreira efectiva à desejável representação dos pequenos partidos na futura Assembleia, mas também que isso significaria que um número importante de eleitores, sobretudo nas províncias mais populosas, não veria a sua vontade traduzida em representação parlamentar. (ibidem).²¹

²⁰ Cingimo-nos aqui somente naqueles pontos levantados, e que constituem os três principais eixos da nossa pesquisa a lembrar: a natureza da CNE, a sua composição e as suas competências

²¹ A propósito deste ponto de discussão, foi esclarecido que o APLE não traduzia fielmente o que ficou estabelecido pelo AGP, pois aí os 5 a 20% referiam-se, em princípio, a todo o país. No APLE, tomou-se com referência o âmbito do círculo eleitoral, portanto, a província, resultando isto num relativo abrandamento dos efeitos de exclusão associados a esta norma. Salientou-se ainda neste debate que qualquer alteração desta exigência dependia forçosamente de uma concordância entre as partes signatárias dos AGP's.

Mazula, reflectiu também sobre as instituições eleitorais em seu livro intitulado "*Eleições, Democracia e Desenvolvimento*", e entendeu que a CNE deve ser situada e compreendida no contexto da pacificação do país. Na mesma linha teórica de Brito e Weimer os quais entenderam que os mecanismos técnicos e políticos adoptados influenciaram a administração eleitoral, este autor entendeu que consciência do papel e do contributo da CNE na pacificação do país condicionou a sua própria administração. (Mazula, 1995:40:57).

Segundo o autor um dos principais objectivos aquando da criação da CNE foi de dar a esta instituição uma imagem de credibilidade ao processo eleitoral, e por conseguinte, que fosse eliminada a visão de comissão partidarizada: apresenta-la como uma instituição do Estado, apartidária orientada apenas por interesses nacionais. (idem)

Para tal, esta dependia da construção de um consenso entre as partes envolvidas no processo. Este consenso tratava-se da ausência de qualquer objecção expressa por um representante e apresentada por este como um obstáculo à adopção da decisão em causa. Tratava-se assim de um consenso estratégico.

Contundo, desde cedo uma barreira se ergueu como deixam antever as palavras de Mazula, sobretudo, devido ao elevado clima de desconfiança que sempre acompanhou o funcionamento da instituição:

Os debates prolongavam-se, por dias e semanas, apesar de clareza do assunto, pelo facto dos membros sofrerem influências partidárias, mesmo quando, pelo discurso oral, se declaravam independentes e imparciais. A pressão partidária ficou evidente, quando tivemos que tomar decisões sobre o voto do emigrante, a informatização do sufrágio e as regularidades. (Mazula, 1995:49)

Estas reflexões efectuadas sobre a CNE demonstram que os constrangimentos sociais tais como o elevado clima de desconfiança e a ausência de consenso verificados, têm influência na maneira como uma instituição é socialmente concebida. Entende-se assim, que as instituições sociais têm influência significativa na estruturação de padrões de atitudes e comportamentos. A visão que se tem das instituições sociais, influencia também nos discursos dos actores sociais, nas suas opções e posicionamentos sócio-políticas.

A pertinência destas reflexões reside na compreensão da racionalidade dos eleitores e dos políticos relativamente aos processos eleitorais, os seus discursos pela legitimação de valores e os interesses a serem reconhecidos. No nosso entender, estas reflexões sobre a CNE podem ser inseridos "dentro daquilo que é o imaginário social" no universo cultural e simbólico dos actores sociais.

Procuramos neste estudo aproximar-mo-nos da perspectiva de Mazula e de Serra, uma vez que estes autores enfatizam a complexidade do comportamento social, sendo, desse modo, difícil definir uma lógica única para o comportamento eleitoral no seu processo de tomada de decisão. Acreditamos que as representações existentes sobre a CNE são influenciadas por uma multiplicidade de factores sociais.

Ora sabemos que as representações sociais formam-se dentro de um determinado contexto social específico, dotados de sentido e significação entre os seus membros e visam dar coerência, interpretar ou explicar uma determinada realidade ou ordem social. As representações "*alimentam-se não só das teorias científicas, mas também dos grandes eixos culturais, das ideologias formalizadas, das experiências e das comunicações quotidianas*" (Xavier, 2002:6).²²

As representações sociais da CNE, realizadas com os estudantes do ISRI consistem na análise das suas percepções em interacção com outras agências de conhecimento (família, escola, mass média, etc) sobre as instituições eleitorais. Portanto a relevância sociológica deste estudo reside no entendimento das formas de raciocínio e produção do conhecimento existentes e elaboradas por um grupo de indivíduos no seu dia a dia.

5. Metodologia

A nossa pesquisa se constitui em duas partes complementares: a primeira parte refere-se a pesquisa bibliográfica existente nas Bibliotecas da FLECS, do Centro dos Estudos Africanos (CEA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), de consultas feitas na Internet e alguma

²² Xavier, Roseane, Contribuição da Fenomenologia Hermenêutica para a Psicologia Social. Disponível em: psicologiaesociedade@abrapso.org.br, vol.14 n°2 Porto Alegre Jul/Dez. 2002 Acessado em 23.08.05.

bibliografia fornecida pela CNE central que permitiram-nos a obtenção de informações relacionados com a pesquisa. A segunda parte, refere-se a pesquisa de campo quando recolhemos informações sobre as representações sociais dos estudantes sobre a CNE, dentro dos objectivos pré-estabelecidos. Aí consta também, a análise do material obtido

A nossa pesquisa recorreu ao uso da metodologia qualitativa. A pesquisa qualitativa permite-nos a análise do comportamento dos indivíduos do ponto de vista do actor, utilizando a observação "naturalista não controlada". Este tipo de pesquisa permite-nos entender o significado que as pessoas dão as coisas, como interpretam a sua vida e a ordem social, trata-se de reduzir a distância entre o pesquisador e o objecto de estudo. (Neves, 1996).

Nela, os dados não são passíveis de padronização, pois os mesmos são essencialmente subjectivos, o que se intenciona é perceber o modo e os termos de compreensão dos próprios envolvidos na realidade pesquisada. Assim, ela nos possibilitou levantar um certo grau de sensibilidade que os estudantes do ISRI têm da instituição gestora do processo eleitoral, a CNE.

Para a colecta de dados optou-se pelo uso da entrevista semi-estruturada uma vez que o universo dos informantes é reduzido. Segundo Richardson, citado por Macamo, a entrevista é um elemento fundamental em pesquisa de Ciências Sociais porque permite o desenvolvimento de uma estreita ligação entre as pessoas. Ela permite-nos observar percepções, sentimentos, crenças, motivações, ou planos de um indivíduo ou grupo. (Macamo, 2004: 50).

Na mesma linha teórica Quivy defende que a entrevista permite a análise do sentido que os actores dão as suas práticas e os acontecimentos com os quais se vêem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referencias normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das suas próprias experiências, (Quivy, 1998: 193). Pelas suas características a entrevista adequou-se ao estudo em questão porque permitiu-nos a partir da comunicação e interacção recolheu-se as percepções dos nossos entrevistados sobre a CNE.

O procedimento assentou na aplicação da técnica da entrevista semi-estruturada. Este procedimento permitiu que os entrevistados expressassem livremente o seu ponto de vista. A nossa tarefa de entrevistador foi, neste caso, conduzir a entrevista sem deixar que os entrevistados se desviassem do tema abordado. As entrevistas foram feitas mediante um guião de entrevistas (anexo). Todas elas foram gravadas com a devida permissão dos entrevistados para não se correr o risco de perder alguma informação que pudesse ser eventualmente relevante para a nossa pesquisa.

Optou-se pelo tipo de pesquisa não experimental. Este método permite ao investigador colectar os dados presentes na realidade sem intervir na sua produção. A partir do estudo de uma situação específica o investigador consegue inferir e tirar ilações sobre um determinado universo. (Magno & Barbosa, 2004). Este método permitiu-nos pois, o aprofundamento da compreensão do tema em estudo.

A amostra consistiu na escolha de 10 estudantes do 4º ano do ISRI de ambos os sexos com paridade entre ambos. Embora tenhamos entrevistados homens e mulheres, não estaremos usando a perspectiva explicativa de género mas a de entrada na vida activa, ou seja, como os indivíduos (homens e mulheres) se servem da experiência de vida, pessoal e profissional no processo de escolha. Acreditamos que esta variável nos daria mais elementos que nos ajudassem a compreender o comportamento social dos estudantes. As idades dos estudantes circularam no intervalo de 23 a 47 anos e este intervalo prendeu-se a necessidade de compreender as representações sociais existentes sobre a CNE entre os estão ingressando na vida activa e os que embora inseridos no mercado de trabalho façam parte do ISRI:

Os critérios de selecção dos estudantes foram os seguintes:

- 1º Paridade entre ambos os sexos;
- 2º Ter feito o recenseamento eleitoral. Este é obrigatório durante o processo eleitoral e é a condição *sine qua non* para se designar um cidadão de eleitor;
- 3º Ter participado em pelo menos, de um pleito eleitoral afim de que possam fornecer informações sobre as experiências anteriores envolvendo a CNE;

4º Ter pelo menos 19 anos uma vez que a idade mínima para um cidadão se recensear são os 18 anos e a última actuação da CNE foi em 2003 aquando da realização das eleições Autárquicas no país.

5º Estar no início da vida activa economicamente activa e ter experiência profissional;

A revisão da literatura decorreu nos meados do mês de Agosto até o fim do mês Setembro. Nesta fase, fizemos as pesquisas exploratórias da literatura necessária para a realização do estudo, e a síntese das obras escolhidas, nela destacamos e articulamos as principais ideias do autor de modo a fazer surgir uma coerência e unidade do seu pensamento.

As entrevistas foram todas feitas no mês de Novembro do ano de 2005 e decorreram dos dias 2 a 22 excluindo os finais de semana. A demora nesta fase de realização das entrevistas deveu-se a compromissos de estudo dos estudantes; isto é os estudantes escolhidos frequentemente cancelavam as entrevistas para puderem se preparar os testes finais já que no fim do mesmo mês e início do mês de Dezembro realizavam-se os testes finais do semestre.

O grande problema verificado nesta fase de escolha da amostra foi a relutância dos entrevistados em assinar os termos de consentimento da entrevista devido ao carácter político do próprio tema que é bastante controverso. Muitos consideraram este estudo como sendo um trabalho piloto com fins partidários mesmo com as credenciais académicas devidamente analisadas. Esta barreira foi superada depois da assinatura de um termo de compromisso com os estudantes de responsabilidade em caso de eventuais consequências futuras.

Em cumprimento da palavra dada aos estudantes quanto a preservação do anonimato em relação aos dados fornecidos, procuramos codificá-los, dando-lhes uma identidade fictícia com a qual poderão ser identificadas as suas opiniões. (anexo)

Após a recolha e sistematização dos dados procedeu-se a análise do conteúdo. Esta, é uma técnica bastante utilizada em investigação social, e possibilita-nos a análise da comunicação, que contem uma informação sobre o comportamento dos indivíduos. (Quivy, 1998: 193). Assim, neste estudo a análise do conteúdo permitiu-nos apreender a representação que um grupo de estudantes do 4º do ISRI tem da CNE.

6. Apresentação e discussão dos resultados

6.1 Estudantes do ISRI e representação social da CNE

Quando realizamos o nosso trabalho de campo procuramos ter sempre em mente a nossa questão inicial com a finalidade de testar a nossa hipótese e deste modo, alcançar os objectivos por nós preconizados. A nossa hipótese inicial defendia que as representações sociais de um grupo de estudantes do ISRI sobre a CNE influenciaram na sua decisão de participar do pleito eleitoral de 2004. Portanto é com vista a testar esta hipótese que a seguir vamos apresentar os dados relativos a CNE por nós recolhidos na pesquisa de campo.

Pelos dados recolhidos entendemos que existe de facto uma diferença entre a maneira como a CNE foi politicamente concebida e a maneira como ela é socialmente percebida. A imagem que os entrevistados têm da CNE é de uma instituição manipulável e partidarizada. Ela, no intuito de demonstrar mais credibilidade e transparência nas suas acções, a Comissão tem procurado de variadas formas (debates, reuniões consultivas, etc) articular-se com sectores da sociedade civil: Instituições políticas, religiosas, ONG's e a comunidade Internacional.

Ora representações sociais que se têm dela encontram sentido nos valores sociais, culturais, políticos e históricos da sociedade moçambicana. Como tal, entende-se que a CNE é um instrumento moldado e condicionado pela estrutura social, de acordo com os padrões e valores que regem as instituições políticas do país.

Partindo-se da premissa, de que a CNE constitui um objecto social ligado a um contexto e a um grupo social específico, podemos inferir a existência de representações sociais a ela correspondentes, cabendo questionar: o quê e quanto se sabe sobre ela? Qual a imagem que se tem dela? Qual a atitude frente a tal imagem? Portanto a relevância sociológica deste estudo *reside no entendimento das formas de raciocínio e produção de conhecimento existentes e elaboradas por um grupo de indivíduos sobre a CNE.*

No decorrer das entrevistas com os estudantes, procuramos abordar as questões numa perspectiva relacional devido à interligação existente entre os pontos abordados. Há que referenciar, uma vez, que com este estudo não pretendemos de modo algum deslegitimar a fecundidade das instituições eleitorais, mais reflectir sobre a maneira como os órgãos eleitorais são socialmente vistos por um determinado grupo social. O resultado das entrevistas foi organizado em quatro temas, a saber:

- 1- Política e Democracia, com este ponto pretendemos entender o grau de interesse político dos nossos entrevistados, o seu nível de participação e crença nas instituições políticas para assim pudermos entender o tipo de cultura política a eles subjacente ou a sua tendência de expressão política
- 2- Partidos Políticos, o nosso interesse visava entender a percepção deste grupo sobre a composição da CNE tendo em conta que esta instituição foi concebida como independente e apartidária, para analisar os possíveis constrangimentos ou benefícios que esta presença pode trazer para a instituição.
- 3- Transparência e Presidência da CNE, o nosso objectivo centrou-se na avaliação do grau de autonomia e imparcialidade da instituição, tendo em conta a sua estrutura organizacional para pudermos entender o grau de credibilidade na instituição.
- 4- Constrangimentos da Máquina Eleitoral neste último ponto procuramos entender na percepção dos estudantes sobre os constrangimentos do actual funcionamento desta comissão para destes encontrar os possíveis meios alternativos para a superação de tais constrangimentos, e que contribuam para o bom desempenho da instituição.

6.1.1 Política e democracia

Podemos afirmar, inicialmente, com certa convicção, que um dos indicadores clássicos em estudos sobre cultura política é sem dúvida aquele que pretende medir o grau de interesse que um determinado grupo possui em relação aos assuntos políticos.

Sendo assim, e como não poderia deixar de ser, uma vez que se trata de um grupo numa área com fins eminentemente políticos, obtivemos como percentagem acumulada 100% de respostas entre as opções “se interessa muito” e “se interessa” no que concerne a política.

TABELA 1 – INTERESSE POR POLÍTICA.

“De um modo geral, em que medida o Sr. (o) Sr. (a) se interessa por política?”

RESPOSTAS	N	%
Se interessa muito	4	40
Se interessa	6	60
Se interessa pouco	0	0,0
Não se interessa	0	0,0
TOTAL	10	100,0

Este interesse dos estudantes por assuntos políticos é alimentado em grande parte, segundo as suas declarações, pelas informações difundidas pelos órgãos de comunicação. Depreende-se deste modo que a mídia é pela sua disposição e incidência, nas sociedades contemporâneas, um poderoso instrumento de difusão de informação na qual estão expostas diversas representações do mundo social, associadas aos diversos grupos e interesses sociais.

Como não me interessar pela política? Se constantemente a rádio e a televisão invadem as nossas casas trazendo algo novo que tendem a agitar a opinião pública? Creio ser pertinente ter algum interesse ou conhecimento sobre a situação política do país, porque assim estaremos em altura de emitir a nossa posição sobre a política praticada e elaborada pelos governantes. (Maria2, 28 anos).

Na mundo globalizado é importante ter algum conhecimento da política porque senão se esta ultrapassado. Ele é o veículo que regula os padrões sociais. Portanto temos que aproveitar os meios de informação que o mundo globalizado nos oferece e procurar na informação difundida alternativas para políticas diferenciadas. (Pedro4, 42 anos).

Mais neste ponto devemos ter muita atenção, ao admitirmos a mídia como um instrumento de difusão política não pretendemos de modo algum afirmar a dominação da política pelos meios de comunicação pois os efeitos dos mídia são variados de acordo com as situações específicas em que se inserem.

Quando se abordou a dimensão institucional da democracia, ou seja, a crença nas instituições democraticamente instituídas o nível de confiança e a legitimidade nas instituições se mostrou bastante baixo, o que vindo de um grupo como o do ISRI torna-se pertinente sua análise já que indirectamente estaremos pensando na consolidação do processo democrático.

O ponto central na perspectiva dos estudantes, que concorreu para todos os constrangimentos e a quebra de confiança com a qual se depara a CNE é o disposto no nº 2 do artigo 4, da Lei nº 20/2002, de 10 de Outubro que foi transcrito no capítulo 2.2, e que aborda a questão sobre os mecanismos da eleição dos membros da CNE e do seu Presidente.

Segundo os estudantes a CNE torna-se responsável pela elitização do poder legislativo ao primar pela exclusão de certos grupos sociais na sua estrutura, e não a integração de todos. Entendem que ela funciona como uma "estrutura oligárquica" (o poder é restrito a um grupo específico) ao criar barreiras e mecanismos de não participação de outras forças partidárias. Estas barreiras são vistas como estratégicas que lhes permitem a manipulação do próprio sistema.

A tónica neste assunto foi os 5% de votos como mínimos exigidos para que um partido tenha assento na composição da CNE associado a questão partidarização da própria CNE. Quanto ao primeiro ponto sobre a barreira dos 5% alguns estudantes entenderam que este ponto deixava de fora potências profissionais que poderiam eventualmente contribuir muito para o desenvolvimento da instituição.

Outros entenderam ser esta uma tentativa camuflada dos grandes partidos para eliminar a concorrência dos demais partidos sendo eles próprios a gerir e controlar a política eleitoral. Enfim, entenderam, na sua generalidade a necessidade de se quebrar a barreira dos 5% no sentido da CNE ser mais abrangente e integrativa para que, deste modo o processo eleitoral seja reforçado com a representação de todos os cidadãos no processo de tomada de decisões. Vejamos a ilustração da tabela 2 sobre a questão dos mínimos exigidos para se integrar a CNE?

TABELA 2 – OS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA O ASSENTO NA CNE

RESPOSTAS	N	%
Concorda muito	0	0,0
Concorda	0	0,0
Não concorda, nem discorda	0	0,0
Discorda	1	10
Discorda muito	9	90
TOTAL	10	100,0

6.1.2 Partidos políticos

Quanto a existência de partidos políticos na composição da CNE as respostas variavam entre “discorda “ e “ discorda muito” da presença dos partidos políticos na composição dos órgãos eleitorais uma vez que entendem ser este um forte factor para a fragilidade e dúvida quanto a imparcialidade e transparência da CNE porque torna difícil para os seus membros tomar decisões que desfavorecessem as suas bases políticas.

As respostas a questão: *O (A) Sr.(a) concorda ou discorda com presença dos partidos políticos na composição da CNE ?* ficaram assim distribuídas:

TABELA 3- PRESENÇA DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA COMPOSIÇÃO CNE

RESPOSTAS	N	%
Concorda muito	0	0,0
Concorda	0	0,0
Não concorda, nem discorda	0	0,0
Discorda	2	20
Discorda muito	8	80
TOTAL	10	100,0

Os resultados obtidos colocam este grupo de estudantes no mesmo patamar com grande parte da sociedade civil, que, de acordo com pesquisas nacionais, compartilha de uma desconfiança generalizada para com esta instituição.²³

Entendeu-se que esta avaliação negativa está intimamente associada à quebra de expectativas concretas, ou seja, um desempenho pouco eficiente da CNE devido a influência partidária no processo de tomada de decisões eleitorais cruciais para a instituição. Este torna-se um dos elementos explicativos para a desconfiança da instituição. Acredita-se que o "distanciamento" preconizado é aparente, pois existe sempre uma "coação psicológica" em tomar decisões que vão de acordo com as expectativas partidárias. Nesta perspectiva um estudante argumentou:

Não desta maneira (constituição da CNE) torna-se impossível existirem neutros. A CNE nesta lógica jamais conseguirá gerir a sua imagem e as críticas que pairam sobre si. A imparcialidade é somente um discurso político, na prática temos que escolher pois a consciência anterior determina a prática.
(Pedro3, 29 anos)

Outros estudantes argumentaram que seria difícil descrever os benefícios que a presença dos partidos políticos trouxe para a CNE a nível do seu funcionamento pois só se verificam desconfianças, intransigência dos partidos políticos quanto aos posicionamentos e propostas de uma das partes, o que influenciava fortemente na falta de consenso e prejudicava a tomada de decisões institucionais urgentes.

Outros frisaram que a partidarização dos órgãos eleitorais também privava de votar parte de potenciais eleitores devido a fraca capacidade administrativa, e falta de transparência e autonomia da CNE.

²³ Para maiores detalhes ver os Boletins sobre o Processo político em Moçambique divulgado pela AWEPA de 29 de Dezembro de 2004 e de 15 de julho de 2005.

6.1.3 Transparência e presidência da CNE

A questão da transparência foi também alvo de varias críticas quando se questionou o papel da CNE na sua relação com a imprensa. O que acha da relação entre a CNE e os órgãos de comunicação como veículos de informação eleitoral?

A maioria dos estudantes entrevistados é de opinião que a relação existente entre a CNE e os órgãos eleitorais não é boa. Entendem eles que é difícil haver transparência enquanto não houver publicações das deliberações feitas pela CNE e enquanto os partidos que a compõem pautarem pelo secretismo e não concordarem com mudanças que abriam mais o processo eleitoral aos órgãos de informação e observadores nacionais e internacionais.

Tabela 4 – Relação da CNE com a imprensa

RESPOSTAS	N	%
Muito Boa	0	0,0
Boa	0	0,0
Nem boa nem má (estável)	2	20
Má	6	60
Muito má	2	20
TOTAL	10	100,0

Quanto a questão da escolha do presidente da CNE pelo Presidente da República neste ponto encontramos duas posições distintas; os que defendem que o PR não deve ser quem nomeia o Presidente da CNE (70%) e os que concordam com os mecanismos da nomeação vigentes (30%).

O argumento mais citado pelos que são contra a nomeação do Presidente da CNE pelo PR foi a de que o presidente da Republica é igualmente candidato as eleições, por isso a escolha deveria ser remetida ao voto popular uma vez que a proposta da eleição (presidente da CNE) vem por parte a sociedade civil.

Como secundou uma das estudantes:

Quando alguém vai jogar não pode ter prerrogativas de nomear quem vai arbitrar o jogo pois o árbitro fica numa dependência psicológica em relação ao que o nomeou. (Maria2, 28 anos).

O outro grupo entendeu que os mecanismos pelos quais se designa o Presidente da CNE são necessários, porque o PR nada mais faz que conferir legitimidade a uma das propostas vindas da sociedade civil. Entendem eles que não há nenhum constrangimento a levantar porque o PR somente nomeia alguém da sua confiança, para um cargo que é igualmente estratégico.

Estar num Estado democrático não significa liberdade para tudo. Há limites na própria democracia. O cargo de Presidente da CNE é um cargo estratégico e é lógico que o PR coloca naquele posto alguém do qual têm total confiança. É assim em todas as democracias, directa ou indirectamente existe naquele cargo um cunho do governo. Veja só o caso de Portugal, Brasil, quem nomeia o ocupante daquele cargo é o Presidente do Tribunal Supremo, mais por sua vez que nomeia este é o dirigente do governo. (Pedro5, 42 anos)

Podemos depreender que estas posições distintas, ainda que sem comprovação empírica estão ligadas aos processos de socialização política e experiências políticas. Defendemos esta posição pelo facto de os entrevistados que foram favoráveis a eleição do Presidente da CNE pelo PR terem como argumento o exemplo de realidades de outros países associado ao facto de todos terem de uma idade mais madura sem contar com experiências do mundo exterior que eles podem eventualmente possuir.²⁴

6.1.4 Constrangimentos da maquina eleitoral

O calendário eleitoral foi outro tema em debate. Nesta questão ficou-nos a ideia da insatisfação social, na escolha do período adequado para a realização do pleito eleitoral. As questões que se seguem e que nos foram apresentadas são bem elucidativas deste nosso posicionamento: Como você explicaria a escolha de um processo de votação num período chuvoso? Será que não houve/havia fins partidários na CNE na marcação da data da realização do pleito eleitoral visto que muitos eleitores em varias regiões se viram privados

²⁴ (Maria5, 42 anos; Pedro4 35 anos; Pedro5, 42 anos).

de votar devido o forte chuvas? Onde esta a autonomia da CNE para encurtar ou alongar um mandato para se evitar os constrangimentos sociais?

Dos constrangimentos levantados sobre a CNE, os estudantes entendem que nos moldes actuais seria incapaz a CNE gerir o seu próprio funcionamento, uma vez que é visível a falta de autonomia e autoridade institucional no processo de tomada de decisão, dado que existe sempre uma pré-consulta as bases políticas para a tomada de qualquer decisão. E isto crispa a imagem institucional.

Creio que deve haver critérios não tendenciosos e bom senso no processo de tomada de decisão em questões eleitorais. Eu entendo que a escolha da data para a realização das eleições foi milimetricamente estudada. Alguns pretendiam alcançar certos objectivos e conseguiram, porque não se pode escolher um tempo chuvoso para por as pessoas a deixarem suas casas e enfrentar cântaros de água no corpo. Cá por mim ficaria em casa. (Maria I, 26 anos).

Beneficiar alguns e prejudicar os outros. Estaremos a falar de imparcialidade nessas condições? Claro que não. A imparcialidade no processo de tomada de decisão seja de que natureza for ela é imprescindível. Ela credibiliza a imagem institucional. Mais se formos a analisar os moldes de actuação actual da nossa Comissão e as políticas por si elaboradas estas revelam-se tendenciosas e ainda uma persistência crónica em perpetuar erros que são de antemão sabidos como sendo do desagrado social. (Pedro I, 24 anos).

Apesar de uma tendência para o consenso verificamos, a existência de posições distintas sobre como "explicar" os constrangimentos verificados no funcionamento da CNE durante processo eleitoral. O cerne desta distinção reside no facto de grupo explicar o desempenho da CNE durante o processo eleitoral numa perspectiva diacrónica enquanto que o outro grupo defende que a actuação deste organismo eleitoral deve ser explicada numa perspectiva sincrónica.²⁵

²⁵ Perspectiva Diacrónica preconiza que os factos sociais devem ser explicados tendo em conta o seu processo histórico que os originou, enquanto que a perspectiva sincrónica devem ser vistos e explicados enfatizando a conjuntura actual em tais se inserem.

Para o primeiro grupo (40% dos estudantes entrevistados) qualquer análise que seja feita a CNE deve ter em conta o processo histórico e as condições nas quais o processo de paz e democracia foram construídos. Ter presente em mente que este processo não foi pacífico e que foram arranjadas estratégias políticas, que visavam a integração de todos num processo de democratização e que tais estratégias pretendiam responder essencialmente a conjuntura política que se atravessava. Desse modo é compreensível hoje se verificarem alguns constrangimentos políticos no desempenho da CNE.

O outro grupo (60% dos estudantes) defendeu que não se pode recorrer sempre à história para explicar e desculpabilizar das fraquezas e vulnerabilidades do nosso sistema eleitoral. O grupo entende que os constrangimentos eleitorais verificados na actuação da CNE, devem ser analisados a luz da conjuntura actual do país e da lei eleitoral que a orienta. Este grupo argumenta ainda que não faz mais sentido recorrer ao passado histórico para justificar as deficiências do sistema depois de mais de uma década de processo democrático.

Portanto, enquanto uns vêm no passado histórico a explicação para a incapacidade da CNE de gerir os processos eleitorais, outros entendem que tais fraquezas devem ser encontradas e explicadas na conjuntura actual e na vontade política dos profissionais eleitorais em desenvolver este órgão.

Ainda neste ponto, cerca de 80% dos estudantes embora, tenham admitido que a maneira como a CNE funciona tem certa influência no processo de decisão afirmou que a sua decisão de participar ou não do acto eleitoral não esteve associada ao CNE mais sim com os valores democráticos assimilados, e o desempenho e a capacidade política dos dirigentes e partidos políticos. Os restantes 20% dos estudantes afirmaram que a decisão de participar ou não do pleito eleitoral foi também influenciada pela sua representação da CNE.

Este ponto leva-nos a uma primeira conclusão que discutiremos adiante; a inexistência de uma relação entre a CNE e o voto.

Das entrevistas realizadas pudemos destacar uma abordagem comum: a necessidade da autonomia e despartidarização da CNE, e a profissionalização dos seus membros, que seriam os meios pelos quais na conjuntura política actual, poder-se-ia assegurar na medida das possibilidades uma imagem positiva da CNE ou seja uma instituição mais autónoma, livre e coerente com os seus compromissos.

6.2 Da análise do grupo pode-se depreender as seguintes resultados:

- Os estudantes do 4º do ISRI possuem uma análise política bastante desenvolvida. Isto era esperado pelo modo de abordagem e aprofundamento das questões em debate, a qualidade das respostas, e sobretudo a constante busca de clareza e lógica nos argumentos. Este ponto remete-nos para a existência de uma cultura política avaliativa desenvolvida.
- A CNE emerge como uma estrutura de poder centralizada, que cria barreiras a outros partidos não permitindo desse modo uma participação abrangente na tomada de decisões eleitorais. Pela não concordância com os mínimos fixados para se participar da composição da CNE, isto sugere-nos a adopção de um princípio igualitário no que diz respeito ao processo de tomada de decisões.
- A representação social da CNE "idealizada" aparece associada a um local de discussão política e estratégias eleitorais. A sua conceituação reflecte uma estreita ligação com as suas funções como: organizar, controlar e regular que indicam um conhecimento bem aproximado daquelas funções preconizadas nos seus estatutos legais.
- As atitudes do grupo entrevistado em relação à CNE são predominantemente favoráveis, embora seja possível perceber, nos seus discursos, um percentual significativo de atitudes desfavoráveis, críticas e restrições que se referem à falta da profissionalização da instituição e sua composição, o que leva-nos a concluir que a CNE descrita é vista como uma instituição desactualizada, desajustada a dinâmica política e social do país.

- Existência de uma disfunção entre aquelas que são as regras preconizadas pela instituição e a prática. Esta disfuncionalidade suscita questionamentos e críticas sobre imparcialidade e transparência que reside essencialmente na maneira como esta instituição foi técnica e politicamente concebida.
- Urgência na despartidarização dos órgãos eleitorais, e a necessidade do consenso comunicativo entre as partes envolvidas para um processo eleitoral mais confiante.
- A participação deste grupo nos actos eleitorais se conjuga com o dever cívico e democrático enquanto potenciais eleitores, portanto as representações sociais sobre a CNE tem um percentual não significativo na decisão de participação eleitoral. Este ponto leva-nos a acreditar que apesar dos estudantes não concordarem com determinadas objectivas da CNE, a sua adesão a participação eleitoral é condicionado por outros factores a destacar a avaliação do governo em exercício, a ideologia partidária, a capacidade de governar do candidato, o curriculum do candidato, etc. Portanto, nesta lógica, concluímos que a decisão da participação dos estudantes nos pleitos eleitorais têm mais a ver com os seus princípios democráticos e ideológicos que a eficiência administrativa deste órgão .

Pelos resultados apresentados entendemos que a permanência da contradição entre o campo empírico e campo teórico, tende a reforçar cada vez mais as opiniões expressas pelos estudantes, sobre o desajustamento entre a teoria e a prática no funcionamento da CNE, e a necessidade da participação popular no processo de tomada de decisões. De acordo com os dados, a relativa insatisfação dos estudantes com as instituições eleitorais, estão acompanhadas por uma adesão à outra forma de entender o próprio processo eleitoral influenciados pelo meio académico.

Neste sentido, as avaliações e percepções dos estudantes foram entendidas como defesas da necessidade de outras formas de tomada de decisões eleitorais através de canais alternativos como: plebiscitos, referendos, grupos de arbitragem, entre outros meios, que envolvam a participação popular.

Também o facto dos estudantes compartilharem de um determinado conjunto de valores, vinculados pela CNE (recenseamento eleitoral, pleitos eleitorais, etc) não os obriga a avaliar positivamente as situações conjunturais. A representação surge conforme a função e os objectivos sociais de cada grupo, vindo a confirmar a perspectiva de Moscovici de que "*as representações estão organizadas de modo diverso segundo a cultura, classes e grupos sociais...*" (Xavier; 2002)²⁶

Isto leva-nos a entender que as diferentes maneiras de abordagem da CNE, são resultado de actividades e elaboração psicológica e das transformações sociais que ocorrem na sociedade, do ambiente universitário que envolve os estudantes e das diversas agências de conhecimento (Família, escola, mass média, amigos) com as quais os estudantes interagem no seu dia a dia.

Dentro desse contexto depreendemos que os média em particular, foram os que mais divulgaram os acontecimentos e mudanças ocorridas nos processos eleitorais e na lei eleitoral. Agem desse modo no sentido de gerar uma mudança nas representações sociais do universo consensual e apontando para uma "nova" realidade.

Deste modo os média, são um poderoso veículo de estruturação das representações sociais existentes. Eles reproduzem a diversidade social e influenciam as percepções e opiniões dos actores sociais. Assim, a realidade que se criou sobre a CNE se deu quando as informações veiculadas foram incorporados aos universos consensuais. Ao apresentar as mudanças ocorridas, os média fizeram o uso da "*ancoragem*" que conforme assinalamos no enquadramento teórico, promove a integração cognitiva de novas ideias e acontecimentos a um sistema de pensamento já existente, provocando transformações no mesmo.

O "*mecanismo de objectivação*" ocorreu quando os estudantes descreveram a CNE fazendo uso de núcleos figurativos diferentes a respeito daquilo que entendem em termos da CNE. O núcleo figurativo age em função dos interesses e dos valores que cada estudante universitário possui.

²⁶ Xavier, Roseane, Contribuição da Fenomenologia Hermenêutica para a Psicologia Social. Disponível em; psicologiaesociedade@abrapso.org.br. vol.14 nº2 Porto Alegre Jul/Dez. 2002 Acessado em 23.08.05.

Assim ao mesmo tempo que o aparelho de conversa mantém continuamente a realidade, também continuamente a modifica. Certos pontos são abandonados e outros acrescentados, enfraquecendo alguns sectores daquilo que ainda é considerado evidente e reforçando outros. Esta força geradora da realidade, possuída pela conversa é dada no acto da objectivação linguística. A linguagem vai assim objectivar o mundo, e estas objectivações tornam-se objecto da consciência individual. (Berger & Luckman 1985:203).

Assim, entende-se que a objectivação "materializa" as idéias e os conceitos. Na objectivação da realidade, os estudantes foram influenciados por uma série de condições, tais como a sua inserção em uma determinada classe social, o seu referencial cultural, a informação veiculada, a ideologia política assimilada, o meio universitário, etc.

Quanto as contradições existentes sobre as perspectivas sincrónicas e anacrónicas na análise dos processos eleitorais, entendemos que a historia é um instrumento indispensável na análise dos processos eleitorais e das suas instituições. Os factos sociais que aconteceram ao longo da historia devem ser evidenciados. Isto significa que não podemos analisar as instituições eleitorais, os seus constrangimentos sociais pondo de parte o processo histórico que os originou e conduz.

Contudo ao defendermos a inclusão da história na análise das instituições eleitorais, não estamos de modo algum justificando a aceitação dos constrangimentos sociais verificados, estamos sim defendendo o seu papel na compreensão instituições sociais. Pois as sociedades em seu dinamismo incorporam novos elementos sociais a luz do qual determinados processos e valores sociais devem ser percebidos e explicados. Portanto nesta análise torna-se imprescindível, revisitar a história.

Os constrangimentos sociais aqui identificados devem ser entendidos e explicados tendo em conta o contexto e a conjuntura em que tais se inserem. Sendo assim as perspectivas diacrónicas e sincrónicas longe de se distanciarem elas se complementam na análise das instituições eleitorais.

7. Conclusão

Este estudo foi uma tentativa de analisar, interpretar e explicar as representações sociais de um grupo de estudantes do 4º ano do ISRI sobre a CNE, e verificar a possível influência de tais representações na participação destes estudantes no acto de votar. Para tal procuramos compor um estudo coerente e que desse consistência significativa.

Examinamos as atitudes deste grupo, a partir de reflexões de carácter político. As conclusões a que chegamos foram produtos de uma hipótese inicial qual seja: As representações sociais que um grupo de estudantes tem sobre a CNE influenciaram no acto de votação de 2004. Esta preposição também nos auxiliou a definir os objetivos e a apreender as percepções existentes.

Em relação ao trabalho desenvolvido, devemos destacar, a sua dimensão histórica. O processo histórico é indispensável na análise das instituições sociais. Para se perceber a CNE torna-se pertinente tomar em conta a conjuntura política na construção da democracia moçambicana. A Comissão surge num momento de viragem histórica do país, em que varias transformações políticas, sociais e económicas estavam em curso; a destacar a constituição de 1990, os Acordos Gerais de Paz, a introdução do multipartidarismo, a descentralização da economia e a abertura ao mercado mundial entre outros. Assim, o estudo sobre a CNE levou em conta a influência destes momentos.

Contudo, repensar o processo histórico que deu origem à formação de valores, normas e atitudes que orientam o comportamento político dos moçambicanos é uma tarefa bastante complexa. Ainda mais pelo facto de termos encontrado poucos estudos, os quais nos permitiriam entender melhor como se forjou a consciência política e tendência de expressão política do país. Apesar disso, a cultura política democrática funciona como um elemento de manutenção e desenvolvimento democrático.

Entendemos que os indivíduos se relacionam com o mundo da coisa política de acordo com os níveis de conceituação desta. Esta conceituação é formada pela dispersão da informação, a inferência (interpretação e tomada de posição), a pressão social, a ideologia, imagens difusas etc. Também entendemos que para além dos factores psicossociais existem, factores estruturais que influenciam nas percepções sociais dos indivíduos como é o caso dos factores económicos (a posição em relação aos recursos,) e demográficos (a pertença a um determinado meio geográfico) etc.

Quanto aos estudantes entrevistados acreditamos que eles possuem uma orientação política avaliativa desenvolvida, que é fortemente influenciada pelo processo de socialização universitário. Eles, demonstram uma cultura política participativa, que se traduz pelo seu interesse político e adesão aos valores democráticos. Contudo, apesar de ser um grupo orientado para uma cultura participativa, verificou-se uma certa desconfiança e cepticismo quanto ao grau de eficiência das instituições.

Segundo os entrevistados a composição da CNE suscita vários constrangimento. Ela tende a reforçar o poder dos maiores partidos que normalmente tomam decisões que favoreçam as bases política. O nível de transparência e a autonomia também fragiliza o papel institucional devido a falta de abertura e a inexistência de imparcialidade no processo de tomada de decisões.

Portanto, é pertinente a reestruturação deste órgão, e esta passa em primeiro plano, pela existência de uma maturidade política, acompanhada de um espírito renovador dos seus membros. Esta pode proporcionar o diálogo entre as partes e reduzir o clima de desconfiança existente garantindo deste modo maior solidez, autonomia e credibilidade à CNE.

Deve-se profissionalizar a CNE como garantia de sua imparcialidade. Isto implica a adjudicação de pessoas idôneas dentro da sociedade civil, com reconhecido mérito profissional e imparcialidade política. É também pertinente uma maior abertura da CNE aos órgãos de comunicação e observadores eleitorais, esta uma vez que relação pode contribuir para a transparência e credibilidade da instituição.

Entendemos a partir das entrevistas, que a CNE deve ser um órgão supra-nacional, pois após mais de uma década de processo democrático, deixa de ser justificável o argumento de equidade política nos órgãos eleitorais. Ela foi necessária no passado quando as condições conjunturais condicionavam a necessidade deste tipo de política estratégica, mais que no presente momento deixa de ter razão.

Ainda há que salientar que encontramos em nosso estudo, uma contradição que escapou a todos os nossos entrevistados. Embora defendendo a despartidarização da CNE os entrevistados acabaram condicionando a presença dos partidos políticos na CNE e defenderam a remoção da barreira dos 5% como garantia de uma maior representatividade. Infelizmente, embora tenhamos percebido esta contradição, a sua análise requereria maior espaço de reflexão o que apontamos para um estudo posterior.

Concluimos este estudo apontando para o facto de que os pontos discutidos, deverão ser analisados e aprofundados pelas estruturas eleitorais. As avaliações que suscitam desconfiças sobre o desempenho das instituições democraticamente instituídas, podem minar o sistema de crenças e valores que a sustentam e despoletar ações adversas aos valores democrático como: centralização do poder e o autoritarismo dos maiores partidos, uma vez que os órgãos estratégicos passarão ao domínio de uma minoria.

ANEXO 1

GUIÃO DE ENTREVISTA

Sexo () Fem () Masc

Idade

Profissão

Nível Académico

Eleitor votante na ultima eleição

Cultura Política

- 1- De um modo geral, em que medida o(a) Sr.(a) se interessa por política?
 - Se interessa muito
 - Se interessa
 - Se interessa pouco
 - Não se interessa

- 2 – Que tipo de agenda politica mais gosta de acompanhar?

- 3 – Costuma tomar parte em debates políticos? Onde e com Quem?

- 4 – Como caracteriza os debates políticos dos partidos na Assembleia da Republica?

- 5 – O que acha da proposta revisão dos simbolos nacionais avançado na AR?

- 6 – Na sua opinião possui como funcionam os nossos órgãos políticos, a nível legislativo?

Pensamento sobre o Processo eleitoral

1- O que entende por uma eleição?

2- Na sua óptica o que é um processo eleitoral?

3- Como ouviu falar do processo eleitoral nas últimas eleições?

- Rádio
- Televisão
- Internet
- Grupos cívicos
- Família
- Vizinhos
- Amigos
- Outras Alternativas

5- Como decorreu para si este processo eleitoral?

Não Sabe _____ Mau _____ Muito Mau _____

Razoável _____ Bom _____ Muito Bom _____

Porquê?

6- Participou em campanhas de propaganda eleitoral? Sim _____ Não _____

Porquê?

Percepção sobre a CNE

1 - Ouviu falar da CNE? Sim _____ Não _____

a) Como ouviu falar da CNE?

2 – O que entendes sobre CNE?

3 - Poderia dizer qual o papel deste organismo no processo eleitoral?

4 - O que achou da sua actuação no ultimo pleito eleitoral?

Não Sabe _____ Má _____ Muito má _____

Razoável _____ Boa _____ Muito Boa _____

Porquê?

5- O (A) Sr.(a) já ouviu falar da barreira dos 5% de votos, mínimos exigidos para se integrar a CNE? () Sim () Não

6 - Qual é a sua opinião sobre este ponto?

- Concorda muito

- Concorda

- Não concorda nem discorada

- Discorda

- Discorda muito

Porquê?

7 - O que entende sobre a partidarização dos órgãos eleitorais?

8 - O (A) Sr.(a) concorda ou não da presença dos partidos políticos na composição da CNE ?

- Concorda muito

- Concorda

- Não concorda nem discorada

- Discorda

- Discorda muito

9 - Um dos pontos muito discutido sobre a CNE é a sua autonomia e imparcialidade nas suas ações.

a) Qual é o seu pensamento sobre esta afirmação ?

Atitude em relação a CNE

1 - Que implicações pode eventualmente trazer os constrangimentos sócio-político aqui discutidos sobre órgãos eleitorais?

2 - As últimas eleições foram caracterizadas por uma fraca participação eleitoral.

Acredita que determinadas responsabilidades devem ser imputadas a CNE?

Sim Não

Porquê?

2 - A imagem que têm da CNE influenciou de alguma maneira na sua decisão de participar (ou não) do processo de votação? Porquê?

17- O que acha da relação entre a CNE e os órgãos de comunicação enquanto veículos de informação eleitoral?

18 - Têm alguma contribuição a fazer sobre como deve ser a CNE?

19 - Têm algo mais relacionado com este assunto que queira dizer, acrescentar ou comentar?

ANEXO 2

Quadro de idades e nomes Fictícios

Mulheres

Nº	Idades	Nomes
1	26	Maria 1
2	28	Maria 2
3	31	Maria 3
4	39	Maria 4
5	42	Maria 5

Homens

Nº	Idades	Nomes
1	24	Pedro 1
2	28	Pedro 2
3	29	Pedro 3
4	35	Pedro 4
5	42	Pedro 5

8. Bibliografia

Livros e Obras

1. Abbink, Jun & Hesselting, Gerti Election Observation and Democratization in Africa. Hound mills. Macmillan Press. 2000.
2. Baloi, Bento & Macuane, José, Conferencia Internacional sobre Eleições Autárquicas em Moçambique. Relatório Final. Maputo – Moçambique-2000.
3. Baquero, Marcelo, Cultura Política Participativa e Desconsolidação Democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. São Paulo Perspec Vol 15 nº 4 São Paulo Oct/Dez2001.
4. Baquero, Marcello. Cultura Política e democracia: os desafios das sociedades contemporâneas. Porto Alegre: Ufrgs, 1995.
5. Berger, Peter & Luckman Thomas, A Construção Social Da Realidade Petrópolis, Vozes, 13ed, 1995.
6. Braud, Philippe, Introdução a Ciência Política. Editorial Noticiais, PVF Que sais-je? 1984.
7. Brito Luís, & Weimer Bernhard, Lei Eleitoral e Processo de Paz. Relatório Final. Maputo – Moçambique 1993.
8. Lodge, Tom, Manual de Leis e Regulamentos Sobre Eleições Autárquicas de 2003 Em Moçambique. Maputo – Moçambique 2003.
9. Macamo, Elísio, A Leitura Sociológica – Um Manual de Introdução, Editor Imprensa Universitária, Maputo – Moçambique 2004.

10. Mazula, Brazão, Eleições, Democracia e Desenvolvimento, Editor, Brazão Mazula, Editor executivo Juarez da Maia 1ªed, Maputo – Moçambique 1995.
11. Mazula, Brazão, Moçambique 10 Anos de paz. Centro dos Estudos de Democracia e Desenvolvimento, Editor CEDE, Editor Executivo Juarez da Maia, Maputo – Moçambique 2002.
12. Neves, José Luís, Pesquisas Qualitativa-Characterísticas, Uso e Possibilidades, São Paulo, Volume 1, Nº3, 2º SEM. /1996.
13. Quivy Raymond, & Campenhoudt Luc Van, Manual de Investigação em Ciências Sociais, 2ªed, 1998.
14. Rocher, Guy, Sociologia Geral, Vol 2, Lisboa: Editora presença. 1989.
15. Serra, Carlos, O Eleitorado Incapturável, Eleições Municipais de 1998 em Manica, Chimoio, Beira, Dondo, Nampula e Angoche. Direcção: Carlos Serra, Editora Livraria Universitária, Maputo – Moçambique 1999.
16. Tavares, José António Giusti Sistemas Eleitorais nas Democracias Contemporâneas: teoria, instituições, estratégia. Rio de Janeiro: Relume-Du-Dumará, 1994.

Fontes Documentais

1. AWEPA, Boletim Sobre o Processo Político em Moçambique, Número 27 – 5 de Dezembro de 2001.
2. AWEPA, Boletim Sobre o Processo Político em Moçambique, Número 32 – 15 de Julho de 2005.

3. Boletim da Republica, Decreto nº 1/86: Criação do Instituto Superior de Relações Internacionais - ISRI Publicação Oficial da Republica Popular de /Moçambique, de 5 de Fevereiro 1986, I Série –Numero 6.
4. Boletim da República, Decreto nº 12/97 Aprovação dos Estatutos do Instituto Superior de Relacoes Internacionais – ISRI Publicação Oficial da Republica de Moçambique, de 3 de Junho de 1997, I Serie – Numero 22.
5. Brito Luís, Weimer Bernhard, Lei Eleitoral e Processo de Paz. Relatório Final. Maputo – Moçambique 1993.
6. Comissão Nacional de Eleições, Regimento Interno, Maputo, Março de 2003

Fontes da Internet

1. Alexandre, Marcos, Teorias das Representações Sociais e Teorias de Género. Rio de Janeiro, V10, nº23, Jul/Dez 2004. Disponível em: [www.Facha.ed.ba/publicação/comum/comum 23/Artigo 7.pdf](http://www.Facha.ed.ba/publicação/comum/comum%2023/Artigo%207.pdf). Acesso em 27.07.05.
2. Borba, Julian, Cultura Política, Ideologia e Comportamento Eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso Brasileiro. Opinião Publica, Campinas, Vol. XI, nº1, Março, 2005, p. 147-168 Acesso em 23.01.06.
3. De Lima, Cláudia, Representações Sociais e Sociedades: a Contribuição de Serge Moscovici. Disponível em: gemini.ricesu.com.br/colabora/n6/artigos/n-6/ido2a.htm. Acesso em 28.07.05.
4. Xavier, Roseane, Contribuição da Fenomenologia Hermenêutica para a Psicologia Social. Disponível em; psicologiaesociedade@abrapso.org.br, vol.14 nº2 Porto Alegre Jul/Dez. 2002 Acessado em 23.08.05.

ANEXO 3

Trechos das entrevistas realizadas em separado com Maria 3 e Pedro 4.

1- Entrevistador (E): O Sr (a) tem algum interesse pela política? Porquê?

Maria 3 (M3): *Sim tenho. Creio ser muito importante estar-se informado pela situação política do país. Afinal as políticas elaboradas afectam directamente a todo o cidadão. Nesta lógica não concorda que a política é fundamental nas nossas vidas?*

Pedro 4 (P4): *Na mundo globalizado é importante ter algum conhecimento da política porque senão se esta ultrapassado. Ele é o veiculo que regula os padrões sociais. Portanto temos que aproveitar os meios de informação que o mundo globalizado nos oferece e procurar na informação difundida alternativas para políticas diferenciadas.*

2 - E: Como caracteriza os debates políticos na Assembleia da República?

M3: *Acredito que falam muito e pouco fazem. Portanto nesta questão não preferia aprofundar porque o que se assiste verdadeiramente a nível dos debates políticos é lastimável. Os resultados estão a visa de todos (.....pausa....) as suas próprias políticas não vão de acordo com as expectativas sociais.*

P4: *Entendo que se discute mais, e pouco se faz. Levam tempo a tecerem criticas e a lançarem gozos uns aos outros em vez de atacar directamente o núcleo da questão. Só para lhe avivar a memoria sempre tem-se falado em revisão da lei eleitoral porque? Isto mostra que as nossas leis não são muito consistentes e os que lá estão pouco fazem.*

3 - E: Ouviu em algum momento ou mesmo durante a fase do recenseamento falar da CNE? Como ouviu Falar?

Como o Sr (a) a define?

M3: *Sim, ouvi falar pelos meios de comunicação. Mais pela Rádio e a Televisão. A nível familiar e no circulo de amigos temos falado muito pouco sobre esta instituição. Agora Respondendo a segunda questão eu defino a CNE como a instituição mãe do processo eleitoral. Isto é, ela é o núcleo ou o responsável máximo de todo o processo eleitoral.*

P4: Sim ouvi, principalmente pela Radio e Televisão. Estes órgãos de comunicação tiveram um papel determinante na divulgação da CNE. Nas conversas informais com os meus amigos também temos comentado acerca desta Comissão. Bom não falarei do que os meus amigos pensam mas dir-te-ei o que entendo ser a CNE. A CNE entendo eu, ser uma instituição cujo objectivo principal é a elaboração da politica eleitoral e a sua posterior execução. Isto é visível durante a época do recenseamento, e eleições, quem define as políticas é a CNE bem como a sua execução é a aplicação de tais políticas no terreno.

5: E: Já ouviu falar da barreira dos 5% como mínimos exigidos para se integrar a CNE? Se sim qual é o seu posicionamento neste ponto?

M: Já. Mais por esta não esperava, colheste me de surpresa mais ai vai. Podemos falar de liberdade e democracia onde todos não estão integrados ou não se sentem representados? É claro que não. Há parcelas da população que não vêem plasmadas suas expectativas na Assembleia e isso é frustrante. Creio que esta barreira é tentenciosa só para que os maiores partidos possam governar excluindo da partilha os menores porque isso implicaria a partilha de poder com os partidos mais fracos em casos de necessidade de aliança o que poderia num futuro não muito distante fortalecer estes partidos.

P4: Sim já ouvi falar e discordo totalmente dessa politica. Num país que tende a democratizar e ser representativo não podemos consentir com politicas destas. Porquê votar, se não me sinto representado, alguém pode questionar assim. Irei aplaudir alguém que não me identifica, é claro que não. Bem entendo que estamos numa fase embrionária da democracia mais não vamos atropelar visivelmente as coisas porque a nossa democracia é crua. Não concordo. É triste e lamentável a posição da CNE neste ponto creio que ela deveria auscultar e analisar seriamente neste ponto.

6 – E: A presença dos partidos políticos é também um ponto que tem-se se discutido bastante a nível político e social? Têm algo a comentar sobre o assunto?

M3: *Não concordo. Não sou do contra por estar sempre no não por favor não entenda assim. É que com os partidos políticos na CNE, nada caminha. é tipo uma selva em que cada qual puxa por si ou para seu grupo não estão na dianteira os objectivos políticos e sociais delineados, mais sim as pretensões partidárias e o processo eleitoral assim não evolui.*

P4: *Pessoas idóneas com reconhecido mérito, imparciais e apartidárias são necessárias naquele lugar. Entendes a minha posição neste assunto deve-se remover o mais breve possível esta presença senão isto farta, aquela casa é livre e independente portanto não pode ser a cópia da Assembleia da República, de degladiamento desnecessários basta a Assembleia.*

7- E: Do seu ponto de vista a imagem social que se tem da CNE, teria influenciado nos últimos resultados eleitorais?

M3: *Claro que teve, embora tenho que admitir que a minha participação no acto eleitoral se conjugou com as minhas convicções políticas e sociais, de que as coisas mudariam já que um novo presidente iria ascender ao poder. Não me ateei tanto nesse pormenor mais as pessoas são complexas. Este é um momento impar, as pessoas, principalmente as letradas, já que duvido bastante que os nossos avos e alguns dos nossos pais vão para além da sua ideologia partidária, fizeram uma reflexão neste assunto. E este ponto pode ter sido um factor que condicionou a sua decisão de participar ou não das últimas eleições.*

P4: *Meu irmão já sou um adulto, como tal o dever cívico de cumprir com direitos e obrigações enquanto Moçambicano as vezes vem em primeiro lugar. Não tenho nenhuma convicção ideológica. O meu voto foi para o candidato que achei estar melhor capacitado para governar. Mais isto não exclui os que os outros tivessem outros motivos que os levou ou não as urnas. Portanto creio que a dimensão institucional da CNE, pesou para certos eleitores no processo de votação.*

ANEXO IV

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido:

Eu, _____
(Nome da Participante)

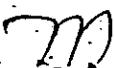
aceito participar voluntariamente da pesquisa ".....", que tem por objetivo

Foi-me explicado que esta pesquisa faz parte do curso de licenciatura em sociologia pela Universidade Eduardo Mondlane da pesquisador(a) e que essas entrevistas podem vir a ajudar a entender Isto pode trazer, mais tarde, no futuro, benefícios para como Foi-me informado que quando a pesquisa estiver pronta e o curso terminado, a pesquisadora se reunirá com o grupo de participantes para conversar sobre os resultados do seu estudo.

De acordo com os esclarecimentos prestados, minha participação na pesquisa se dará através de uma entrevista, onde responderei livremente a perguntas sobre o tema em questão. Minha participação na entrevista será de aproximadamente 1h (uma hora). Estou ciente que a pesquisa é anônima e não serei identificada, de modo a garantir minha privacidade em relação aos dados fornecidos. Estou ciente também de que a minha participação não é obrigatória e tenho total liberdade para interromper a minha participação na entrevista a qualquer momento, sem riscos, punição ou qualquer tipo de prejuízo para mim.

Maputo, _____ de _____ de 2005.

Nome da Participante (assinatura acima)

Nome da pesquisadora: 

Depto de Sociologia - Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Universidade Eduardo Mondlane